



**VIVIANE EDNA VIEIRA PATRÍCIO**

**ARQUITETURA DA PARAIBANIDADE  
ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA  
OBRA DE HORÁCIO DE ALMEIDA**

# ARQUITETURA DA PARAIBANIDADE:

---

•

## ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM HORÁCIO DE ALMEIDA



### **Editor**

Lucas Manoel Freire Monteiro Cabral

### **Conselho Editorial**

Luíra Freire Monteiro  
Flávio Carreiro de Santana  
Emerson M. Alves Silva

### **Conselho Científico**

Alberto Edvanildo Sobreira Coura (UEPB)  
Bruno Rafael de A. Gaudêncio (ALCG)  
Eliton S. Medeiros (UFPB)  
Flaubert Barros Leira (HGGP)  
Flávio Carreiro de Santana (NUPEHL)  
Glauber Paiva da Silva (UFPE)  
Hélio de Sousa Ramos Filho (UFPB)  
Hilmaria Xavier Ribeiro (UEPB)  
Jordan Queiroz Gomes (NUPEHL)  
João Pereira Silva Neto (IHLS)  
José de Sousa Pequeno Filho (IHSB)  
José Edmilson Rodrigues (ALCG)  
Juvandí Dos Santos Silva (UEPB)  
Laudemiro L. de Figueiredo Filho (IHSB)  
Lucira Freire Monteiro (UEPB)  
Luíra Freire Monteiro (UEPB)  
Luiz Carlos dos Santos (IHGAN)  
Maria Ida Steinmuller (IHCG)  
Thélio Queiroz Farias (ALCG)  
Thomas Bruno Oliveira (IHGP)  
Thuka Kércia Moraes de Lima (MDCG)  
Vanderlei de Brito (IHCG)

### **Expediente**

Designer gráfico	Emerson M. Alves Silva
Capista	George Tenório Pinto
Revisão linguística	Vanuza de Oliveira Barbosa
Normalização técnica	Luíra Freire Monteiro e
Normalização técnica	Flávio Carreiro de Santana



Viviane Edna Vieira Patrício

# ARQUITETURA DA PARAIBANIDADE:

---

•

---

## ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM HORÁCIO DE ALMEIDA

Nativa 



Copyright 2021 – Nativa  
ISBN 978-65-995379-9-8

Ilustração da capa:

Montagem de fotos com a bandeira da província da Parahyba e a icônica imagem de Horácio de Almeida

Capa: George Tenório da Silva  
Revisão técnica: Luíra Freire Monteiro e Flávio Carreiro de Santana

Contato com a autora:  
[nativa.edit@gmail.com](mailto:nativa.edit@gmail.com)

### **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.  
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Patrício, Viviane Edna Vieira

Arquitetura da paraibanidade [livro eletrônico] : estratégias discursivas na obra de Horácio de Almeida / Viviane Edna Vieira Patrício. -- 1. ed. -- Campina Grande, PB : Nativa Edições, 2021.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-995379-9-8

1. Almeida, Horácio de, 1896-1983 2. Historiadores - Paraíba 3. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - História 4. Paraíba (Estado) - História 5. Patrimônio cultural 6. Patrimônio histórico I. Título.

21-77856

CDD-981.33

Índices para catálogo sistemático:

1. Paraíba: Estado: História social 981.33  
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
A IDENTIDADE ENQUANTO CONSTRUÇÃO.....	9
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO PARAIBANO E.....	17
A IDENTIDADE PARAIBANA, A PARTIR DO LITORAL.....	17
2.1 Horácio de Almeida: o autor e sua obra.....	21
ARQUITETANDO A PARAIBANIDADE.....	27
3.1 A paz como expressão de um ethos na construção da identidade paraibana.....	28
3.2 A fundação da cidade como marco inicial da paraibanidade.....	32
3.3 Batavos: ponham-se na rua.....	35
3.4 Pernambucanidades à parte, se faz favor.....	37
3.5 Grande, forte e imorredoura.....	40
MUITO ALÉM DOS CANAVIAIS DO LITORAL.....	44
4.1 Sertões longínquos – sertões de seca.....	45
4.2 Sertão do Brejo – Sertão do coração.....	49
4.3 Cariz sertanejo e construção identitária.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
FONTES DE PESQUISA.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66



## INTRODUÇÃO

O meio em que se vive, e o que é captado através dos sentidos físicos, irão formar as crenças e convicções, influenciando em sua maneira de pensar. A identidade é constantemente modificada devido a influências culturais e de cunho político, bem como em relação aos interesses do sujeito inserido nesse contexto social, isto significa dizer que essa construção pode ser alterada a qualquer momento devido a questões que fazem com que a identidade seja politizada. Hall (2006) discorre sobre as culturas nacionais e nos lembra que a definição de nossa identidade conserva o enunciado de nossa nacionalidade, embora não haja nada em nosso gene que nos faça ser, de fato, de algum país. Trata-se, portanto, de uma convenção que com o tempo se internaliza, dando a ideia de que o pertencimento a uma nação não é algo construído de forma arbitrária, mas, sim, como se fosse algo dado apriori, que não criamos, apenas descobrimos.

Nesse propósito analisaremos o conceito de paraibanidade, enquanto expressão identitária territorial segundo MUNIZ<sup>1</sup>, e observado por DIAS no âmbito do projeto do IHGP e replicada na obra de Horácio de Almeida História da Paraíba e Brejo de Areia, constituindo assim o objeto deste trabalho monográfico. Tentaremos identificar como esse conceito de paraibanidade foi idealizado pelo

---

<sup>1</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 4ª ed. Recife: FJN; Ed.Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

Instituto e descrito pelo historiador Horácio de Almeida. Tomada como uma especificidade capaz de coligar os naturais do estado, e naturalizada ao longo do século XX, enseja a compreensão de que os paraibanos, em si, detêm peculiaridades capazes de definir sua identidade como um povo singular, e diferente dos demais brasileiros.

As estratégias e os exercícios utilizados para que a construção da história paraibana tivesse êxito, foram de âmbitos diversos. Em 1905 foi criado o IHGP, buscando referência nos moldes das academias de intelectuais francesas, e com uma nítida filiação, estrutural e de pensamento ao IHGB. Naquele instituto deveria ser pensado e escrito uma história da Paraíba independente das críticas hoje atribuídas de uma história tradicional, factual e edificadora de heróis que teve o seu momento inicial de sistematização, levantamento de fontes, criação de acervos e de apropriação e produção local do conhecimento histórico.

A intenção do Instituto junto com seus intelectuais seria: tirar a Paraíba do anonimato, denunciar e combater o desprezo pelo qual, segundo alguns, o passado deste espaço regional fora tratado pela historiografia, digamos, “nacional” e assim constituir uma produção do conhecimento local. Como segundo ponto dar uma especificidade, de fatos e de personagens, à história do Estado, separando-a da proximidade e influência de centros culturais e econômicos como Pernambuco que ofuscava e reduzia a importância da história da Paraíba, que não merecia mais ser encarada como um apêndice do processo histórico do Estado vizinho. E como terceiro ponto, elaborar uma fala que pudesse edificar, através de características valorativas, inspiradas por personagens e ações do passado, uma identidade para o povo paraibano. Como um dos membros efetivos do IHGP Horácio de Almeida não fugiu as regras idealizadas e replicadas pelo Instituto escrevendo, assim, uma das principais obras de história da Paraíba.

A proposta dessa pesquisa bibliográfica se dispôs a identificar as

estratégias narrativas do renomado historiador Horácio de Almeida, no sentido de entender em que consiste a singularidade da identidade paraibana, e quais os recursos retóricos utilizados nessa construção identitária por parte do mesmo, tomando como base as indicações de Margarida Dias em seu estudo sobre a formação da historiografia local. Para tanto, norteamos nossos procedimentos a partir da busca pela identificação dos métodos que o autor utilizou em sua narrativa para a construção da ideia de paraibanidade.



## A IDENTIDADE ENQUANTO CONSTRUÇÃO

A concepção de identidade pode ser entendida, segundo o dicionário, como: “os caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo etc.” (AURÉLIO, 2001 p.371). No entanto, se ampliarmos o escopo da compreensão, encontraremos aspectos sociais, históricos e subjetivos do ser humano que acrescentam um qualitativo diferenciado conforme o grupo em que está inserido, o trabalho que exerce, etc.

Com o surgimento dos debates em torno da pós-modernidade e do multiculturalismo, no final do século XX, o tema das identidades veio à tona na História. Na verdade, a noção de identidade não é nova nas ciências humanas, já sendo bem conhecida da Psicologia e da Antropologia, mas é uma preocupação recente para os historiadores, desenvolvida principalmente por aqueles que trabalham com a interdisciplinaridade. Esse conceito tem atingido relevância tal para a compreensão do mundo de hoje que alcançou já as salas de aula, o que é visível, por exemplo, na inquietação dos educadores em promover a conscientização sobre a diversidade cultural brasileira, o conhecimento dessa diversidade passa pela definição das identidades étnicas, regionais, entre outras. A noção de identidade tornou-se, assim, um dos conceitos mais importantes de nossa época.

O conceito de identidade vem levantando muitas questões em diversos campos das ciências humanas. Nesse sentido, a identidade

social é o conjunto de papéis desempenhados pelo sujeito na sociedade. Papéis que, além de atenderem a determinadas funções e relações sociais, também surge como formação identitária, tal como o antropólogo social Roberto DaMatta usa a noção de identidade social para discutir a construção de uma identidade nacional brasileira. Para ele, a construção social é feita de afirmativas e negativas, a partir dos posicionamentos dos indivíduos diante das situações do cotidiano. Essas formas de construção identitária seriam erigidas a partir de modelos oferecidos pelos intelectuais que compõe a sociedade, e não criados simplesmente pela escolha individual.

A História, dentro dos novos interesses gerados pela interdisciplinaridade e pela pós- modernidade, tem tentado trabalhar com o conceito de identidade, um dos principais campos da historiografia a refletir sobre esse tópico tão polêmico, seja o dos estudos da memória. Identidade e memória estão indissociavelmente ligadas, pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos. A nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças, isso serve tanto para o indivíduo quanto para os grupos sociais.

Mas, talvez o campo de estudos que mais tem se preocupado com a questão da identidade seja o dos Estudos Culturais. Tal campo, surgido na Inglaterra no final do século XX com autores como Stuart Hall, tem como objetivo criticar o estabelecimento de hierarquias culturais, nas quais algumas culturas são consideradas superiores a outras.

Esses estudos têm grande interesse em discutir conceitos que sirvam para a compreensão da identidade, devendo levar em consideração sua relação intrínseca com a diferença, pois a identidade não existe sem a diferença, e é essa alteridade que faz uma sociedade única diferente das demais.

Segundo HALL (2000) o discurso da cultura nacional é um discurso político, eventualmente se camuflando de patriota, para introduzir tendências políticas e ideológicas em todas as regiões de uma nação.

As culturas nacionais constroem identidades que são, por sua vez, produzidas através de signos linguísticos, representações de comportamentos etc. Esses signos e representações são que o que organizam as ações e pensamentos de seus elementos e criam as chamadas fixações identitárias, que contêm o discurso de uma característica própria para cada grupo. Hall explica que a nação moderna é também imaginada a partir das histórias de nosso passado, o que ele chama de “narrativa da nação”, que se dá a partir das tradições que recebemos de nossos antepassados e que reproduzimos como se fizessem parte de nossas origens. Esse resgate do passado que as culturas nacionais sugerem é, esconder o desejo saudosista de resgatar identidades do passado, incitando uma “purificação” e que tende a expulsar os outros que “despurificam”, ameaçando sua identidade.

Segundo Hall, a cultura nacional procurou unificar a identidade cultural a fim de suprimir, enquanto afirmação identitária, os conceitos de classe, gênero e raça. Esta identidade nacional desconsiderou as diferenças existentes em seu interior e colocou todos em um mesmo ponto em comum. Formando assim a cultura nacional, uma estrutura de poder cultural que tenta impor uma hegemonia cultural mais unificada.

A identidade não é apenas uma construção relacional, toda identidade é também uma construção histórica. Ela não existe sozinha, nem de forma absoluta, e é sempre construída em comparação com outras identidades, pois sempre nos identificamos como o que somos para nos distinguir de outras pessoas. A partir, desse conceito iremos analisar como essa construção da identidade paraibana se formou

graças ao IHGP.

Cientes da necessidade de construir uma identidade nacional, intelectuais brasileiros buscaram resolver em fins do século XIX, características que levassem a uma brasilidade, que segundo eles se comporia de duas vertentes: um patrimônio cultural formado de elementos harmoniosos entre si, que se conservaria através do espaço e do tempo. E a partilha do patrimônio cultural pela maioria dos habitantes do país.

Ao encararem seu próprio patrimônio cultural, os intelectuais desse período estavam conscientes da grande heterogeneidade de traços culturais ligados à variedade dos grupos étnicos que coexistiam no espaço nacional que se distribuía diversamente conforme as camadas sociais.

Essa miscelânea de grupos étnicos que compunha a sociedade brasileira ocasionaram obstáculos impedindo o Brasil de chegar ao esplendor da civilização europeia. Considerado assim como uma barreira retardando o encaminhamento do país para a formação de uma verdadeira identidade nacional.

Inserido nesse projeto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era fundado no dia 21 de Outubro de 1838 na cidade do Rio de Janeiro, e tinha como ideal solidificar uma história oficial do Brasil. Além disso, o IHGB pretendia criar uma unidade e identidade nacional que pudesse se orgulhar de um “passado glorioso” e bem estruturado.

A partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é que se percebe mais claramente a preocupação por parte da elite letrada e política com o projeto de formular uma história do Brasil. Mas é somente na década seguinte é que se acentuam as questões referentes

à formulação de uma história pátria.

Em um momento que a elite dirigente buscava consolidar o Estado imperial, todas as questões relativas à história do Brasil seriam cruciais para traçar a forma de se contá-la e a forma como os brasileiros veriam a si próprios. Para buscar as respostas a essas inúmeras questões, o secretário do referido Instituto, Januário da Cunha Barbosa, propôs uma premiação para quem respondesse sobre qual o melhor forma para escrever a História do Brasil. O ganhador do concurso foi Von Martius. Em contato com a voga da disciplina histórica na Europa, particularmente na Alemanha, propôs uma história do Brasil que fosse ao mesmo tempo "filosófica" e "pragmática", tendo como eixo à formação de seu povo, incluindo nesta formação a "mescla das raças", delimitando o objetivo pelo qual se desenvolveu sua monografia.

No ensaio de 1844, Martius<sup>2</sup> postulou a necessidade do historiador de explicar a participação de cada uma das três 'raças', a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim, a preta ou Etiópica. A partir desse "conceito", passou a observar essas características absolutamente variadas definiu-se que: ao branco cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação.

Outro aspecto interessante que se pode notar na produção dos homens de letras do IHGB. É que até o ano de 1889, data da Proclamação da República, questões de cunho político ainda estavam em alta, sendo seguidas por questões sociais e depois religiosas. Porém, quando se adentra no governo republicano a uma inversão drástica

---

<sup>2</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES Manoel Luiz Salgado. Livro de fontes da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2010. (Originalmente publicado na RIHGB, t. VII, 1845.)

nesses valores, a história política perde o pódio para a história social que passa a ser o principal interesse dos trabalhos pesquisados e publicados, revelando um aumento da necessidade de se melhor compreender a sociedade brasileira.

No caso dessa nova preocupação social, veio também o intuito de desconstruir o "mito das três raças" em vigor no século XIX. Os historiadores, sociólogos, geógrafos, etnógrafos, etc., começavam a ter visões diferentes sobre a formação histórica, social, econômica e cultural brasileira. E isso começou a ficar mais nítido a partir dos anos 30 com a publicação de obras como *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr.

Com base na obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre surgiu o Movimento Regionalista Nordeste, com um discurso apoiado numa aliança de forças e grupos sociais que forjou uma identidade referida a um espaço, traçando uma ideia de história e de práticas comuns, apresentando uma leitura do passado, do presente e projetando um futuro em cima de interesses gerais remetidos a uma circunscrição territorial. Ele legitimou a hegemonia de um determinado bloco de poder e o seu monopólio representando os interesses gerais numa determinada região, outorgando autoridade aos seus membros de porta-vozes para exercer essa representação.

Esse grupo dominante, através da reivindicação de um tratamento diferenciado por parte das diversas escalas de poder supralocais, se buscou monopolizar a interlocução com essas instâncias e exercer o controle sobre os recursos fundamentais que interferem na reprodução das condições locais de desenvolvimento. Com isso, determinado espaço do território, a região serviu de base legítima para a obtenção de tratamento diferenciado por parte dos poderes públicos, em geral sob a forma de subsídios ou regimes fiscais especiais. O

regionalismo sempre foi fundamental na reprodução de espaços dominados por oligarquias tradicionais, como é o caso do Nordeste.

Essas questões apoiaram-se num conceito político vinculado aos interesses territoriais. Observou-se que a região foi modelada por imposições objetivas de sua natureza e da sociedade e redefinida pelas imposições subjetivas das relações de poder, se define para seus habitantes no confronto com outras regiões e a identidade regional pode ser analisada por referências às outras. Assim, quanto maiores as diferenças, maiores os conflitos esperados e maior a explicitação da identidade regional entre diferentes segmentos do espaço de um mesmo território, com reflexos no sistema político. O Regionalismo, portanto, supõe identificação e coesão internas e competição externa para a defesa de padrões e preservações ou na obtenção de condições mais vantajosas.

A narrativa regionalista, como não poderia deixar de ser, nasceu atrelada a questões políticas que marcaram o Brasil ao início do século XX. Emergiu em um período de intensas transformações políticas, inserindo-se num movimento de busca por elementos que servissem de base à formação de uma identidade brasileira. Nesse momento conturbado da história do Brasil, que foi transição da Monarquia à República, faltava ao país uma identidade de povo e buscava-se uma interpretação que fosse capaz de fornecê-la.

Embora compartilhando de tais reveses, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um marco para a nação, pois permitiu a profissionalização das pesquisas históricas e geográficas, embora que a profissão de historiador só tenha sido reconhecida em 2014 pelo governo, sempre se existiu a preocupação e o interesse de se trabalhar com documentos, com bibliotecas, arquivos, de se prezar pela construção de uma história nacional, de uma memória, de uma identidade, de uma cultura que surgiu com o IHGB, o qual incentivou

a criação de outros institutos pelo país, com a meta de se escrever a história do povo brasileiro, de suas regiões, de suas peculiaridades, de suas culturas.

A História do Brasil, a ser escrita pelos membros do IHGB, deveria ressaltar os valores ligados à unidade nacional e à centralização política, colocando a jovem nação brasileira como herdeira e continuadora da tarefa civilizadora portuguesa. A nação, cujo passado o IHGB iria construir, deveria surgir como fruto de uma civilização branca e europeiana trópicos.

O Instituto não só forjou a identidade nacional, ele sustentou a centralização política da monarquia como uma necessidade para a unidade brasileira, além de ter dado incentivo a formação dos institutos regionais a fim de promoverem a sua própria identidade.



## **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO E A IDENTIDADE PARAIBANA, A PARTIR DO LITORAL**

Após o golpe republicano aplicado pelos militares do nascente exército nacional contra o imperador Pedro II, o IHGB se fragilizou. Sem seu mecenas original, acuado pelas injustas acusações contra seus membros, o IHGB atinou para uma estratégia ousada: incentivar a formação dos institutos regionais, no sentido de promover as histórias locais que poderiam perfazer a história nacional. A meta era, desde então, organizar o grande mosaico de narrativas para refazer o desenho da Brasilidade oitocentista.

Assim, emergiram os institutos regionais e, entre eles, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, considerada a mais antiga instituição cultural da Paraíba, em funcionamento desde 1905. Há mais de um século o IHGP vem entesourando alfarrábios, antigos documentos referentes à Colônia, ao Império e a República, mapas antigos, jornais e revistas fora de circulação, livros raros, arquivos privados.

Antes de o Instituto ser fundado muito pouco era conhecido sobre a fundação e história da Paraíba. Apenas documentos oficiais da administração da capitania e os diários dos religiosos que por aqui passaram eram as fontes escritas onde se encontravam a nossa história.

A busca das nossas raízes começou mesmo com os estudos

e pesquisas de Irineu Pinto, Manoel Tavares Cavalcanti, Castro Pinto, Coriolano de Medeiros, fundadores da Instituição. Na fase inicial, sob a presidência estimulante de Flávio Maroja, que dirigiu o Instituto nas duas primeiras décadas deste século, o IHGP tornou-se a Casa da Memória da Paraíba.

Houve quem alegasse, escrevendo sobre os primeiros anos do Instituto, que essa condição de Casa da Memória se deveu mais a paraibanidade de seus sócios, engajados no propósito de valorizar a instituição e seu povo.

A partir dos fundadores do IHGP em 1905, a nossa historiografia passou então a ser formada. Não somente na descrição dos fatos, mas a interpretação de suas causas e conseqüências. A iniciativa dos pais do Instituto foi bem acolhida pelos seus sucessores, que continuaram num labor incessante, a "fazer" a História da Paraíba.

Desde sua fundação, o IHGP se dedicou à escrita de uma história local, capaz de demonstrar todas as singularidades da Paraíba e de seu povo, uma vez que os membros daquele espaço de saber entendiam que ainda não havia sido escrita uma história específica dessa fração da nação brasileira. A existência de crônicas, e mesmo da constatação de remissões ao papel da Paraíba no contexto de uma história nacional, foi compreendida como uma "história externa", despida de exclusividades, tendo em vista que tal narrativa sempre explorava a Paraíba como uma extensão de Pernambuco ou como "um pedaço do Brasil". Por tal viés evidenciava-se a necessidade da passagem de uma Paraíba sem história para uma Paraíba com história, escrita por e para paraibanos no início do século XX.

Com esse fim, os produtores da história paraibana se dedicaram a criar um "tipo paraibano", a partir de qualidades que justificassem a realização dos grandes feitos, que devesse dar um sentido à história local,

justificando, assim, a historiografia como excelente campo de criação identitária. Pautada num modelo previamente acordado entre os homens de letras que idealizavam tal operação historiográfica, a premissa de tal produção se pautava num “destino manifesto” do pequenino estado, cuja realização só teria sido possível face ao cariz de personalidades condutoras desses feitos os paraibanos, dotados de força, bravura, integridade, promovedores da paz e tantos outros adjetivos qualificadores desta identidade. Na elaboração de uma narrativa que destacasse tal idealização, impunha-se o elenco de datas e acontecimentos, consagrados como marcos simbólicos da história do estado, ligados aos grandes momentos do passado do país.

A dissertação de Margarida Dias, *Intrepida ab Origine*<sup>3</sup>, de 1996, foi estudo pioneiro sobre o a formação histórica e identitária da Paraíba. Indicava-se ali as proposições adotadas pelos historiadores daquele espaço de saber, no sentido de constituir a identidade pretendida. Segundo DIAS, a construção dessa paraibanidade constituída pelo IHGP se produziu através de cinco aspectos encontrados e descritos pelos historiadores associados ao instituto, como proposituras fundamentais para a escrita da história local. Este exercício teria, em primeira mão, a narrativa do acordo de paz entre João Tavares e Piragibe, para que se tomasse a natureza pacífica vislumbrada naquelas personalidades como expressão do pretendido ethos singular.

A fundação da cidade de Filipeia de Na. Sa. das Neves seria um evento marcante a ser utilizado como o momento inaugural de uma civilização específica no contexto do Brasil. A singularidade de sua posição geográfica, no sentido estratégico-militar, se somaria à narrativa de fundação da cidade, de modo a imprimir o espírito de civilidade comum no paraibano.

---

<sup>3</sup> DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine: O Instituto histórico e geográfico paraibano e a produção da história local – 1905/1930*. João Pessoa: Almeida gráfica e editora, 1996.

Pacífico e civilizado, porém corajoso e indisposto a aturar invasões e domínios de outrem, seria o paraibano arquitetado nas proposituras narrativas do IHGP. Para tanto, tomou por empréstimo os embates particulares dos senhores de engenho contra a administração da Companhia da Índias Ocidentais para criar o primeiro herói da historiografia local, o guerreiro Vidal de Negreiros. O paraibano teria em seus genes a mesma estirpe, que faria, por conseguinte, uma Paraíba heroica desde os primórdios.

A certeza de que a Paraíba nunca fora apêndice da capitania de Pernambuco foi outra estratégia para desvencilhar as narrativas da história local do domínio vizinho. A subordinação da pequenina Paraíba ao Leão do Norte, em 1755, pode ser compreendida como uma ferida aberta nas relações das antigas capitanias, irmanadas em variados eventos. Para se fixar a Paraibanidade como culto, deveria-se construir Pernambuco numa relação de alteridade. Essa ideia impunha a narrativa dolorosa do processo de subordinação, que faria do paraibano um ser independente em relação ao estado vizinho, ao tempo em que se provava capaz de sobrepujar as dificuldades, mantendo-se íntegro e confiante.

O ideário de uma Paraíba “grande, forte e imorredoura”, tangenciada por um passado de lutas, de resistências e de inconformação com a ordem estabelecida exigia o não esquecimento das lutas travadas contra o Estado imperial. Seria, assim, o paraibano um liberal por sua própria natureza, indisposto também aos arroubos autoritários da recente extinta monarquia. Seria um republicano por sua condição natural..

Foi através da pesquisa dessa aclamada historiadora que me propus a esmiuçar a obra de Almeida, no sentido de verificar se o mesmo adotou tais proposições na construção de sua narrativa histórica e do tipo paraibano.

Segundo DE CERTEAU<sup>4</sup>, a história é a arte da encenação, que compreende a relação entre o lugar do discurso, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Portanto, é a “combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”.

A particularidade do lugar de onde fala e do domínio em que realiza uma investigação, é um lugar peculiar onde somente o historiador conhece de forma mais aprofundada, mais intrínseca, e detém o conhecimento e autoridade sobre o mesmo. Não podendo destruir, de forma alguma, a sua “marca”, sua presença e suas impressões ali impregnadas, De Certeau defende um modelo subjetivo, pelo qual toda interpretação depende de um sistema de referência. E o lugar social do autor define bem esse padrão de escrita. Nesse sentido, aquele filósofo demonstra uma prática ligada a métodos que na verdade, protege um determinado grupo social, no caso de Almeida, a uma classe letrada. O saber está ligado ao lugar e a ele deve submeter-se, subjugando-se às suas imposições, à lei do grupo. É assim, de fato, impossível analisar o discurso histórico fora da instituição da qual ele se organiza.

A pesquisa histórica é movimentada pela localização sócio cultural de quem a realiza, portanto é praticamente impossível examinar um discurso sob a ótica independente da instituição. Haveria o rompimento dos parâmetros iniciais do IHGP no historiador de meados do século, bem afastados dos artífices de 1905?

## **2.1 Horácio de Almeida: o autor e sua obra**

Horácio de Almeida veio de família cujos antepassados eram abastados proprietários de engenho, Horácio de Almeida nasceu na cidade de Areia, brejo do estado da Paraíba, nasceu em 21 de outubro de 1896 vindo a falecer no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1983 com

---

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

86 anos sete meses e quatorze dias de idade. Infelizmente esquecido e na pobreza.

Teve como pais biológicos Rufino Augusto de Almeida e Adelaide Jocunda de Almeida. Casou-se com D. Corinta Freitas de Almeida, nascendo da união sete filhos: Átila, Armênia, Libânia, Luiz, Carlos Eduardo, Ignez e Doris.

Iniciou os estudos em sua terra natal e aos seis anos de idade, onde Almeida subiu pela primeira vez aos bancos escolares. Foi também o primeiro momento da construção de sua sociabilidade fora do círculo familiar. Assim então se resume os nove anos de estudos primários de Almeida.

Em 1911, aos quinze anos de idade, menos que analfabeto, larguei a escola. Longe estava de concluir o primário. Lia mal o terceiro livro de leituras de Felisberto Carvalho e só copiando escrevia, isso mesmo em letras garranchosas, pois ditado nunca fiz. Em matemática, não fui além das quatro operações fundamentais. Empaquei em somar frações e daí não saí. Apenas em geografia tinha a prosopopéias de dizer que sabia quantos Estados tinha o Brasil, quais as capitais e outras coisitas mais. Era todo o meu cabedal de conhecimentos. (ALMEIDA, 1962, p. 78).

Logo após concluir a sua formação primária, com quinze anos de idade, nada mais foi empecilho para que sua força de trabalho não fosse aproveitada nos vários postos de trabalho existentes no engenho da Várzea, de propriedade de seu pai. Diante das dificuldades econômicas de sua família, após fracassadas incursões pelo comércio na cidade de Areia, o senhor Rufino Augusto de Almeida decidiu ir com tudo e com todos para o engenho. Era preciso que todos trabalhassem nas mais diversas atividades, inclusive para possibilitar os estudos de seu irmão mais velho Elpídio de Almeida.

Permaneceu até os vinte e três anos de idade, dedicando-se aos trabalhos do engenho do pai, Rufino Augusto de Almeida, e

convivendo com a riqueza da tradição oral que lhe deu sensibilidade para as pesquisas do Romancero popular e da Literatura de Folheto.

Decidido a concluir os estudos para enfim estudar direito em Recife, Horácio se muda para a Capital do Estado em 1919 aos 23 anos de idade e com muito pouco dinheiro angariado pelo trabalho quase escravo realizado no engenho da família em Areia. Ultrapassados os obstáculos materiais, os estudos à luz de lamparina e as doenças que o acometeram, Almeida concluiu o curso ginasial em dois anos no Lyceu Paraibano. Em 1922, casa-se e volta à vida dos engenhos, mas sem abandonar os estudos, para poder ingressar na faculdade, onde Bacharelou-se na tão sonhada Faculdade de Direito de Recife na turma de 1930.

Horácio de Almeida depois de graduado em Direito pela Faculdade do Recife, colaborou em diversos jornais locais, e escreveu uma obra ampla sobre a história da Paraíba Brejo de Areia (1958) foi sua primeira publicação seguida por História da Paraíba Tomos I e II (1966 e 1978). Foi participante efetivo do IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano) e de diversas outras entidades intelectuais não só Paraíba, mas também em outros Estados.

Sua produção, mais especificamente historiográfica, esteve sempre voltada à construção da história e da identidade do seu lugar de origem. Ficou conhecido nacionalmente como historiador e destacou-se nas Letras. Sendo o pioneiro na história dos livros na Paraíba, ao publicar a obra de referência obrigatória aos estudiosos da leitura, Contribuição para uma bibliografia paraibana, em que apresenta as publicações dos paraibanos e da Paraíba por quase dois séculos.

Foi membro da Academia Fluminense de Letras; Fundador e idealizador da Federação das Academias de Letras do Brasil; Membro da Academia Carioca de Letras; Presidente do Cenáculo Brasileiro de

Letras e Artes e do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro; Membro do IHGP Instituto Histórico e Geográfico paraibano ocupando a cadeira de número 42 e um dos dez fundadores da APL Academia Paraibana de Letras.

Nesses espaços produziu sua obra sem se afastar de um modelo comum às propostas daquelas instituições, o que nos permite enxergar nas mesmas o lugar social daquele autor, nos termos propostos por CERTEAU (2007).

Na produção historiográfica de Almeida, se percebe uma preocupação latente em se fazer uma história paraibana com acontecimentos e personagens singulares a este espaço, tal qual pretendida pelo IHGP. A leitura de sua História da Paraíba demonstra de inopino a reprodução do roteiro da institucional da qual era membro. Horácio de Almeida, de forma poética e em alguns momentos até saudosista, descreve em sua escrita as várias identidades que o IHGP planejou para o povo paraibano, reafirmando-as desde as narrativas da colonização até meados do século XX.

Em uma conferência realizada em 1944, no Teatro Minerva, na cidade de Areia, Celso Mariz alegou que Horácio de Almeida estaria preparando a história daquela urbe. O caso é que apenas 12 anos depois, justamente no ano de 1956, foi quando Almeida decidiu iniciar a construção da história de sua cidade natal.

Algum tempo depois da obra *Brejo de Areia* ser concluída, Horácio de Almeida escreveu sua *História da Paraíba*. Na sua escrita vivia-se no Brasil o início do governo militar, iniciado em 1964 para evitar a ameaça comunista, e em defesa da democracia e da liberdade.

Depois de ser publicado o primeiro volume da História da Paraíba em 1966, Horácio não teve interesses de escrever novamente e

dar continuidade ao segundo volume da obra. Dois anos depois, por curiosidade, decidiu ler o livro que tinha sido publicado em 66. Antes de acabar a leitura o escritor estava decidido a reescrevê-lo, pois em sua opinião tinha sido escrito às pressas, sem tempo de ter sido feita uma revisão geral, deixando certos acontecimentos históricos longe de ser esgotada todas as informações sobre os acontecimentos, que na visão do autor deveria ter sido mais acurado.

Corrigido o primeiro livro, Horácio deu início ao segundo volume, que nos seus escritos considerou mais interessante, que pela sua percepção houve um alargamento da história que abrangia todo o território paraibano. Segundo o autor o trabalho fluía bem quando um fato não esclarecido pelo autor ocorreu e que o fez parar a escrita do segundo livro.

Apesar de novas janelas terem sido abertas a respeito do passado da Paraíba a história ainda não foi explorada e pesquisada completamente, Almeida relata que não venceu todos os obstáculos da historiografia e que tentou ao máximo ser imparcial nos fatos descritos, de modo que seu leitor pudesse fazer sua crítica histórica e poder reconhecer o fato histórico em seu avesso. O autor, assim, provocava o leitor de História da Paraíba a ler e pesquisar mais a respeito dos acontecimentos do passado paraibano, tentando elucidá-lo, pesquisando, sendo estimulado a produzir sempre escritos que desvendassem mais acontecimentos sobre nossa história.

A intenção de Horácio de Almeida ao escrever essa obra foi trazer à luz do conhecimento o desenvolvimento da Paraíba no decorrer de quatro séculos, dando as novas gerações saberes para entender melhor a construção das bases do que hoje é a nossa sociedade, buscando entender hábitos de nossa atual civilização que estão enraizados em costumes tão antigos deixados por nossos antepassados, pois se não tivermos conhecimento de quem fomos

nunca saberemos para onde iremos e o que vamos fazer no nosso futuro, o que se percebe na obra de Horácio, É a necessidade de resgatar e complementar nosso passado, nos dando uma nova percepção para que possamos através da inquietação provocada pela leitura dos livros de Almeida investigar, pesquisar e duvidar de certas construções e relatos descritos por estudiosos e instituições criadas com a finalidade de edificar a história e a formação de nosso estado.



## ARQUITETANDO A PARAIBANIDADE

O Instituto Histórico paraibano foi fundado em 1905, quando a República se consolidava como o sistema político brasileiro. Os principais membros e colaboradores responsáveis por resgatar a história paraibana, buscavam demonstrar que a Paraíba sempre lutou pela implantação da República e que os movimentos insurrecionais ocorridos ao longo do período monárquico, buscaram esse fim, estando a Paraíba na vanguarda dos embates políticos do país. Os membros do IHGP se propuseram a escrever a história oficial da Paraíba, e por muito tempo, foi a única instituição paraibana disposta a realizar este ofício no estado.

A história antes vista como o próprio passado passou a ser considerada uma versão dele. E o discurso produzido pelo IHGP na pessoa de seus sócios e colaboradores é um modelo exemplar desse pensamento. A ideia central do instituto era elaborar um tipo específico de sociedade que definiria um ser paraibano, essa paraibanidade que DIAS cita em sua pesquisa pode ser definida como a identidade do paraibano, formado por características e valores proporcionado pela história e definidos pelo IHGP.

O primeiro ponto a ser notado por DIAS é a fundação por intermédio da pacificação, o diferencial de nossa história com relação a história nacional é o tratado de paz feito pelo colonizador português com o nativo paraibano. Depois vem o segundo ponto que é a fundação

da cidade como marco civilizatório, outro motivo tão importante quanto os outros era nos desvincular da história de Pernambuco, formando, assim, uma sociedade forte e independente. A resistência dos paraibanos durante a invasão holandesa entra como metodologia para a formação dessa paraibanidade, por último vem o sentimento de republicanismo tão exacerbado no povo paraibano, prova disso são as participações nas revoluções de cunho republicano.

Ao fazer a análise das três obras de Horácio de Almeida História da Paraíba tomos I e II e Brejo de Areia percebe-se os mesmos mecanismos utilizados pelos homens de Letras do IHGP e apontados por DIAS na construção da paraibanidade, não poderia ser diferente já que Almeida era um membro efetivo dessa tão importante instituição desde 23 de agosto de 1936, e ocupava a cadeira de número 42, e suas obras são referência e amplamente utilizadas até hoje para estudo e pesquisa da história da Paraíba.

### **3.1 A paz como expressão de um ethos na construção da identidade paraibana**

Demorou certo tempo para que Portugal começasse a explorar economicamente o Brasil, uma vez que os interesses lusitanos estavam voltados para o comércio de especiarias nas Índias. Devido a esse desinteresse, os franceses começaram a extrair o pau-brasil, madeira muito encontrada no Brasil-colônia, usada para tingir tecidos na Europa. Os invasores franceses, logo que chegaram ao Brasil fizeram amizades com os índios, possibilitando entre eles uma relação comercial que favoreceu mais o pirata francês que o próprio nativo, tendo conhecimento desses acontecimentos torna-se fácil entender os motivos que levaram os colonizadores portugueses sofrerem tanto para enfim conseguirem fundar a capitania da Paraíba.

A conquista do território se deu após ocorrer o desmembramento da antiga e inexpressiva capitania de Itamaracá, que é relatada por quase todos os historiadores que se lançaram a narrar a fundação da Capitania Del Rey. ALMEIDA não fugiu à regra: a ideia de colonizar as terras da Paraíba se deu logo após o massacre ocorrido em Tracunhaém por volta de 1577-1578 o então Rei dividiu essas terras da então capitania de Itamaracá e deu ordens para que a colonização se desse o mais rápido possível, pois se tinha conhecimento que os franceses estavam a explorar as riquezas da terra pertencentes ao monarca português, e o pior incitando os índios a conflitarem com os portugueses.

A exemplo desse incentivo foi o massacre de Tracunhaém tendo em vista que o nativo Potiguara, como afirma Horácio, era o melhor gentio da terra, fácil de conviver e domesticar, mas quando provocado pelo português atitude causada pelo rapto da índia filha de Inigaçu chefe potiguara, por um dono de engenho de nome Diogo Dias que a manteve cativa por ter se encantado com sua beleza, foi o motivo que o gentio precisou, estimulado pelos franceses a se vingarem e irem à luta. Os índios viraram fera e o resultado foi o massacre de 600 pessoas sendo homens, mulheres, crianças, índios domesticados, negros da Guiné, todos mortos, segundo Maximiano Machado nos relatos deixados por Frei Vicente do Salvador.

Através da pesquisa de DIAS onde nos descreve os mecanismos que o IHGP utilizou na construção de nossa identidade, a fundação da Paraíba deu-se de modo pacífico. De acordo com a obra Horácio de Almeida, segundo descrito, apesar das necessárias cinco expedições durante onze anos de tentativas para que a cidade, enfim, fosse fundada, só através de um acordo de paz do português com o nativo que, enfim, ocorreu o êxito da expedição de colonização. E de conhecimento que esses incursos não tiveram sucesso mais cedo por causa do gentio habitante dessas terras, os índios potiguaras, guerreiros bravos que tinham o apoio dos franceses que aqui já estavam aportados extraíndo

as riquezas da terra.

Mesmo depois de “conquistadas” as terras da Paraíba, quatorze anos após ainda aconteciam reencontros encarniçados entre portugueses, franceses e índios. Isso sucedia pela reação dos nativos aos abusos praticados pelos colonizadores que, por precisarem de mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar, e não terem alternativa mais barata, iludiam os índios e os usavam como escravos, experiência que não deu muito certo devido ao espírito de liberdade e nomadismo do nativo paraibano, que nunca soube o que era cativo e na visão dos seus carcereiros eram criaturas preguiçosas e por esse pecado muitas vezes eram brutalmente castigados.

Horácio de Almeida afirma que os gentios eram além de bravos eram espertos, pois muitos aprendiam com facilidade a língua dos brancos e diversas vezes tiravam partido dessa vantagem contra o colonizador, como se vê em 1588 com a discórdia entre portugueses e castelhanos que para cá vieram com a finalidade de conquistar as terras da Paraíba a mando do monarca Espanhol. Incentivado pelos seus aliados (os franceses) índios potiguaras passaram a saltar os estabelecimentos agrícolas dos brancos e seus aliados os índios tabajaras, esse foi um dos modos que o gentio encontrou para vingarse dos maus-tratos sofridos e pela quebra dos acordos de paz, pelos portugueses estimulados pela ganância por terras e pelo dinheiro angariado muitas vezes com a venda dos índios capturados como prisioneiros nas contendas, estimulados pelos próprios portugueses nunca respeitando as leis impostas pelo Rei.

Em um desses encontros do colonizador e nativo mal sucedidas, Frutuoso Barbosa perde seu único filho. Depois de algum tempo Frutuoso encabeçava nova expedição junto com o general espanhol Diogo Valdez de acordo Almeida, lhe atribuíram uma glória que nunca lhe pertenceu. Durante as leituras observa-se uma ausência da passagem

do espanhol durante a colonização da Paraíba. O pouco que Horácio de Almeida descreve é como os espanhóis que aqui aportaram eram grosseiros e de má índole. Segundo o autor, “bandidos fantasiados de soldado” e atribui ao insucesso da terceira expedição a falta de companheirismo, excesso de ego, erro de estratégias e desconhecimento de urbanização dos castelhanos. Devido essas contendas, o lugar escolhido para o levantamento do forte era desfavorável a defesa, e as diferenças entre portugueses e espanhóis pela liderança da nova expedição, e o controle da fortificação levaram mais uma vez o insucesso da expedição e os índios como sempre levaram a melhor sobre os colonizadores expulsando-os novamente, por causa do erro de estratégia do comandante espanhol.

Com todos esses acontecimentos os índios já estavam arrogantes e vaidosos com a expulsão dos portugueses das últimas vezes. Como a desavença estava presente na terceira incursão portuguesa e na tentativa de fundação da nova capitania, os gentios se aproveitaram da situação e investiram pesado, sitiando-os por vários dias. Os potiguaras tinham como aliados os tabajaras, seus antigos inimigos. Essa aliança facilitou e muito a expulsão dos invasores portugueses, com o descontentamento dos tabajaras diante dos tratamentos impostos pelos portugueses, chegaram ao ponto de se aliar com seus inimigos contra seus antigos “aliados” e opressores os colonizadores portugueses.

Em 1585 entra em execução a quarta expedição que se fazia sobre a terra rebelde, agora comandada por Martim Leitão e financiada por ele mesmo. Leitão foi considerado o braço forte da conquista, depois de dias de viagem de Pernambuco a Paraíba os desbravadores chegam a essas terras tão indomáveis, dando início à colonização, tudo isso motivado pelo princípio de acordo de paz feito com o chefe tabajara Braço de Peixe. Por motivos de desinteresse dos representantes da coroa em Itamaracá em colonizar a Paraíba, essa quarta expedição fracassou, “tudo parecia conspirar contra a Paraíba” (Almeida I, 1997,

p.83). Entra em cena a quinta e última expedição em agosto de 1585, comandada por João Tavares, os ventos desta vez sopravam a favor da conquista da Paraíba.

Em três de agosto de 1585, depois do encontro entre o gentio e o colonizador Português na pessoa de João Tavares, a “PAZ”, enfim, foi estabelecida com o índio Piragibe chefe da tribo Tabajara, a Paraíba estava virtualmente conquistada. João Tavares adentra o rio Paraíba vindo pelo mar dando alguns tiros de canhão para afugentar os Potiguaras, e em busca de um bom lugar para ancorar. Segundo as fontes históricas mais autênticas, no dia 5 de agosto de 1585 Tavares saiu para escolher “o local onde seria erguido o novo forte na encosta da colina em cuja base se espria o Sanhauá”, (Almeida I, 1997, p. 84). É por essa afirmação de paz que o IHGP explicado no livro de Margarida Dias afirma que a fundação da Paraíba foi estabelecida através da pacificação um ponto de partida para a construção de nossa história e formação identitária, reproduzida por muitos historiadores ao longo do tempo e de acordo com um dos pontos observados por DIAS.

### **3.2 A fundação da cidade como marco inicial da paraibanidade**

Horácio de Almeida descreve com detalhes a escolha do terreno para a fundação da cidade.

Chegando à Paraíba em fins de outubro, aprovou a escolha do sítio, (...) João Tavares no dia 30 de outubro depois de ouvir a missa, saiu a percorrer os arredores, desde o Jaguaribe ao Cabo Branco, informa Frei Vicente, com base no autor do Sumário das Armadas. Ao cabo de andar o dia todo achou ser aquele o melhor lugar, “onde agora está a cidade, planície de mais de meia légua, muito chã, de todas as partes cercada d’água, senhor porto, que com um facão se passa além e tão acantilado que dá proa de navios de sessenta toneis se salta em terra, donde sai um formoso

torno d'água doce para o provimento das embarcações, que a natureza ali pôs com maravilhosa arte. (Almeida I, 1997, p. 85).

O que se percebe na obra de Horácio de Almeida é que o lugar escolhido para a fundação da cidade foi um lugar estrategicamente selecionado, plano e espaçoso onde tivesse água doce com facilidade para os novos moradores e que ficasse perto do porto a fim de facilitar tanto o comércio como crescimento da nova cidade, como também resguardar-se de invasões, no caso dos franceses que eram os inimigos certos, vindo a nossa costa apenas para coletar madeira para comercializa-la na Europa, e estimular os índios contra os colonizadores portugueses, porém a paz estava temporariamente estabelecida com o gentio paraibano.

Em quatro de novembro de 1585 começou a ser plantada a cidade de Nossa Senhora das Neves assim afirma Jerônimo Machado que a tudo esteve presente. Então a data de cinco de agosto comemorada até os dias atuais foi tomada em rememoração ao desembarque de João Tavares, após as pazes acertadas com Piragibe, chefe Tabajara.

Nada ela tem com a fundação, embora com ela se confunda por um erro histórico que a tradição vem mantendo... mas foi em memória desse dia que tomou o nome de N.S. das Neves quando se fundou por Martim Leitão (...). A velha cidade de Nossa Senhora das Neves já nasceu cidade, esse privilégio lhe coube porque fora fundada de ordem do Rei, em Capitania da Coroa. Ao tempo em que a Paraíba se fundou Recife não era sequer povoação. (Almeida I, 1997, p.87-101)

Segundo Horácio de Almeida, muitos moradores de Pernambuco vinham para Paraíba, tentar a sorte e povoar a nova capitania, desbravando o terreno para a criação de gado e para agricultura. Na obra Almeida destaca valores humanos pessoas que ao lado de Martim Leitão transplantaram-se para cá montando casas na cidade, engenhos e formando os alicerces da nova urbe de Nossa Senhora das Neves.

Em 1592-1600 no governo de Feliciano Coelho foi assinalado por feitos notáveis, o maior de todo era seu interesse social, e a paz celebrada com o gentio que permitiu o aumento da conquista, a expansão da agricultura como base da riqueza da capitania.

A cidade crescia, já dotada de três ordens religiosas, a dos franciscanos, beneditinos e a dos carmelitas. Crescia também a população por força da mestiçagem, que foi a plantaçao mais proveitosa dos portugueses. Dos que vinham para cá, poucos traziam famílias, alguns eram soldados quase todos caçadores de fortuna, e como sem mulher é difícil a fixação do homem na terra, a cunhã manceba ia prestando seu serviço na obra da colonização. (Almeida I, 1997, p.146)

De acordo com os escritos de Almeida e como citado acima, a cidade crescia tanto em tamanho como em desenvolvimento, afinal pela ordem de grandeza a Paraíba era a terceira capitania do Brasil. O forte desenvolvimento se deu através das plantações de cana-de-açúcar fomentadas no litoral próximo a cidade, esse crescimento da agricultura só foi possível devido a paz estabelecida com o gentio que foi o braço forte para a produção do gêneros alimentícios e do açúcar por aqui fabricado.

A paz com o índio tão aludida na história paraibana foi a responsável pelo crescimento e povoamento da nova capitania, pois e a forma mais fácil de fixar um homem a terra era dando a ele uma mulher, papel que as índias fizeram bem, pois se não fossem as cunhãs mancebas os homens que aqui vieram para fundar a cidade jamais teriam plantado suas raízes nessa terra tão hostil, mas o gentio paraibano estava em constante declínio, devido mortes causadas nas guerras antes do acordo de paz, e as doenças trazidas a eles pelos brancos. Nesse mesmo período desapareciam os índios da Bahia exterminados pela mão de homens gananciosos em busca de mais terras, e infelizmente a mesma coisa acontecia em Pernambuco, conforme afirma José de Anchieta, na obra de Horácio.

O índio da Paraíba, pode-se dizer sem receio de contestação, sofreu menor cativoiro. Por isso, misturou-se depressa com o branco, caldeou-se com ele e foi dessa fusão que saiu o homem forte do Nordeste, o cabeça chata, o cabra macho que pegou no bacamarte e ajudou a expulsar o invasor holandês, o caboclo sorumbático da roça curvado ao cabo da enxada, o homem da terra, que tem amor à terra e já adquire a consciência de que a terra é bem comum de todos. (Almeida I, 1997, p.148).

O massacre aos nativos foi tamanho que o Rei de Portugal decretou uma Lei na qual era proibido escravizar, maltratar e matar o gentio brasileiro, mas esse decreto não foi respeitado pelos homens que administravam a colônia brasileira. Na Paraíba o massacre de indígenas foi em menor intensidade devido à proteção das ordens religiosas para com os índios, aqueles que não aderiam à nova religião fugiam e se refugiavam em outras aldeias no sertão da capitania, o que permitiu que não desaparecessem por completo. Um ponto a ser observado é essa “bondade” do colonizador para com o nativo em evitar ao máximo seu extermínio tendo em vista que era a mão-de-obra do índio paraibano que fazia com que as plantações de cana-de-açúcar e da agricultura em geral expandisse na capitania, sendo a forma mais barata de trabalho já que os negros escravizados trazidos da África ainda eram muito caros a moeda ainda era pouco corrente na capitania.

### **3.3 Batavos: ponham-se na rua**

Como citado no tópico anterior, até a invasão holandesa a capitania paraibana era a terceira em ordem de grandeza no Brasil, e esse território depois de tantas tentativas paraenfim ser colonizada, não poderia ser invadida assim tão fácil. Em meados de dezembro de 1631 os batavos fazem a primeira tentativa de invadir o território paraibano, com uma expedição de 1600 soldados embarcados em 16 navios. Logo que o inimigo se fez presente o Governador da Paraíba

saiu para enfrentá-lo com toda a força que tinha disponível na ocasião.

Essa intenção dos holandeses de invadirem a Paraíba foi forte que aconteceu por três vezes em pouco tempo, e em todas as tentativas de invasão foi posto a correr pelos soldados paraibanos. Devido as investidas dos batavos em conseguirem êxito nas suas incursões a Paraíba já contava com muitas fortificações e uma armada considerável como afirma Almeida.

No mesmo ano de 1634 voltavam os holandeses a atacar a Paraíba que era um desafio ao seu poder e domínio. Além dos dois fortes da barra contava agora com mais uma fortificação que Antônio de Albuquerque mandara construir na ilha da restinga, também chamada dos Frades Bentos, um pouco acima da embocadura do Paraíba, a um tiro de canhão da fortaleza do Cabedelo e do forte de Santo Antônio, guarnecera mais o forte do Varadouro, na cidade, a duas léguas da barra do rio Paraíba, e montara baterias em outros lugares, inclusive uma no Boissó. (ALMEIDAI, 1997 p. 198.)

Horácio de Almeida não descreve o chamamento da população para a defesa as terras da Paraíba. Ele só relata as medidas tomadas para que os holandeses não tivessem êxito com o seu intento, e como esses confrontos foram intensos ocasionando na perda de grandes homens. Na descrição da invasão holandesa às terras paraibanas, o autor faz relato de acontecimentos que descreve a bravura dos homens que trabalhavam na defesa da capitania, um ponto relevante para a construção da história paraibana nos moldes do IHGP.

Além da bravura observada no ato da defesa das terras, podemos notar também um sentimento de união tomado pela população em acompanhar o capitão-mor em sua retirada quando os holandeses enfim invadiram a Paraíba.

O ano de 1636 ocorreu turbulento em todo território ocupado pelos holandeses. Isso aconteceu porque as forças portuguesas queriam

recobrar o domínio das terras perdidas. Entraem cena os insurgentes.

O exército de libertação nacional, organizado na Paraíba, chamou para as suas fileiras os senhores de engenho, com seus escravos e agregados. Essa gente trocou os instrumentos da lavoura pelas armas de guerra. Cessada a resistência local, o exército da Paraíba seguiu para Pernambuco lá esteve em todas as frentes de batalha, até o fim da ocupação holandesa. (ALMEIDA II, 1997, p. 9)

Através da citação acima podemos perceber como Horácio de Almeida descreve como os habitantes da Paraíba foram cruciais para a expulsão dos batavos das terras brasileiras. Nesse levante a favor da expulsão dos inimigos holandeses surge o nome do grande paraibano André Vital de Negreiros e seu companheiro o Norte Rio Grandense Felipe Camarão.

A ocupação holandesa na Paraíba durou menos de onze anos. Segundo Horácio de Almeida, não realizou uma obra que seja lembrada até os dias atuais. A única lembrança deixada pela história paraibana foram os saques, as carnificinas, os sacrilégios e as expropriações o pouco que os holandeses construíram durante sua ocupação ficou em Pernambuco, já que o governo lá estava estabelecido.

### **3.4 Pernambucanidades à parte, se faz favor**

No ano em que a Paraíba foi fundada em 1585, Pernambuco já ostentava uma vida pomposa devido aos seus 66 engenhos de açúcar e uma população crescente, como se fossem uma sociedade bem nascida, pois a grandeza era tanta na capitania pernambucana que quem não tivesse seu serviço de prata era considerado dos mais miseráveis da sociedade, e na capitania da Paraíba não era diferente esse crescimento econômico e populacional ocorreu até a invasão holandesa, depois dessa deprimente interferência a capitania passou por um período de

decadência.

Estava acabado o século XVI. Por muito pouco que a Paraíba valesse, com apenas 15 anos de fundada, era mesmo assim, a terceira capitania do Brasil, em ordem de grandeza. Acima só havia mesmo Pernambuco e Bahia, e esta categoria a Paraíba sustentou com garbo. (Almeida I, 1997, p. 149).

Mesmo a Paraíba sendo fundada tardiamente não impediu que os que moravam aqui adquirissem bens e riquezas e usufríssem dela. Em visita ao Brasil Antônio Fernandes Brandão afirmou que nunca tinha visto tamanho luxo, lembrando a ele os homens mais ricos da corte de Madri, pois se vestiam bem os senhores de engenho bem como suas esposas e filhas, percebeu que também outros homens donos de fazenda e mercadores tinham o mesmo estilo de vida pomposo que os chegados ao Rei, Almeida afirma que Antônio Fernandes apenas conheceu em sua estada no Brasil às capitanias de Paraíba e Pernambuco, o que causou a cobiça de alguns nobres na metrópole.

Apesar de recém-fundada e de ter tido tantos infortúnios na sua fundação, a Paraíba tinha seu valor econômico o que não passou despercebido pelos homens que tanto governaram a capitania de Pernambuco quanto na Metrópole portuguesa.

Em 1755, depois da malfadada experiência do Marquês de Pombal em formar uma Companhia de Comércio inspirada na Holanda, Inglaterra e França que tinham muita experiência em comércio e navegação. Pombal fundou a “malfadada” Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba de olho nas riquezas adquiridas por aqui adquiridas. Os efeitos dessa empreitada foram extremamente negativos para a economia dessas duas capitanias, pois Portugal não tinha experiência e tradição com o comércio e essa a desastrosa companhia só serviu para espoliar as vítimas de sua ganância. “Privilégios dos mais odiosos o Estado concedeu a essa empresa. Só ela

podia comprar e vender na área de sua exclusiva dominação...” (Almeida Tomo II, 1997, p. 63).

E com essa espoliação das riquezas da Paraíba pela Companhia de Comércio e a precariedade de suas rendas devido a cinco anos de estiagem acompanhada de uma cheia que destruiu as plantações, arrasou os engenhos, matou gado deixando o povo como se ainda estivessem sofrendo com a calamidade da seca, e ainda Pernambuco que recebia os impostos dos produtos agrícolas advindos da Paraíba e vendidos na sua praça comercial, tributos que por direito pertenciam a Paraíba e que a capitania vizinha usava em benefício próprio, ao ser indagado sobre a dívida respondeu o governador de Pernambuco:

...estava ciente da determinação (pagamento da dívida), mas o dinheiro não havia para devolver, porque o arrecadado fora consumido pelo provedor da fazenda daquela capitania(..) Pernambuco já devia a Paraíba de 1754 e 1755 quarenta mil cruzados, não devolveria o dinheiro porque tinha a intenção de levar a capitania vizinha a exaustão e anexa-la ao seu território. Esse plano vinha concebido desde quando governou Pernambuco Duarte Sodré Pereira que, em carta ao El Rei (1730), exagerava na pobreza da Paraíba e pedia a anexação do seu território ao de Pernambuco, alegando que nem dinheiro tinha para os donativos lançados por ocasião do casamento dos príncipes. (Almeida Tomo II, 1997, p. 65)

Horácio nos explica nessa citação o que provocou o não cumprimento do pagamento das taxas (impostos para o pagamento dos dotes dos príncipes e princesas portuguesas) com a Coroa, a Capitania paraibana foi anexada a Pernambuco em 1755 por ordem do Rei como um castigo pela inadimplência. Nos seus escritos Almeida descreve que muito antes de existir a companhia de Comércio criada pelo marquês de Pombal, Pernambuco já havia solicitado a anexação do território paraibano ao Rei, numa carta declarando a pobreza excessiva da Paraíba de olho nos dividendos que a capitania paraibana produzia com a sua agricultura, na época a solicitação foi negada pelo Rei, porém revogada

tempos depois como afirmado anteriormente. Atitude que deixou certa revolta na população paraibana, pois a partir da anexação a Pernambuco foi que a Paraíba ficou mais pobre, pois os seus prédios públicos passaram a cair por falta de reformas, atribuições que não estavam nem um pouco preocupados nossos então gestores. E assim permaneceu sendo explorada de 1756 a 1799 depois de 43 anos sob o jugo de Pernambuco para enfim reconquistar sua autonomia.

Em 1798 quando Fernando Delgado Freire de Castilho veio governar a Paraíba depois do fim da anexação a Pernambuco encontrou a capitania envolta na mais profunda estagnação, pois as fontes de renda estavam esgotadas, os engenhos desprovidos de safra e escravos, as máquinas para a moagem da cana estragadas e os grandes negociantes sem ter o que fazer, os prédios públicos estavam em ruínas, tudo se fez para se trazer e manter a Paraíba subordinada a capitania vizinha, já que todos os produtos aqui produzidos eram levados a praça de comércio pernambucana para serem vendidos e exportados pelo porto, e os impostos dessas mercadorias remetidos aos cofres da capitania exploradora. Por esse motivo os membros do IHGP idealizaram uma história paraibana totalmente desatrelada de Pernambuco.

### **3.5 Grande, forte e imorredoura**

Horácio de Almeida apresenta que em todos esses encontros históricos a Paraíba sempre esteve em foco, não só ecoando o grito de guerra mas era portador de um ardor patriótico estimulado pela tão sonhada república sonhada por Arruda Câmara e outros adepto a causa da liberdade. Na revolução de 1817 conhecida como a Confederação do Equador, Foi um movimento político e revolucionário ocorrido na região Nordeste do Brasil em 1824, o movimento teve caráter emancipacionista e republicano, essa revolta aconteceu por dois

motivos, em primeiro lugar causado pelo forte descontentamento com a centralização política imposta por D. Pedro I, presente na Constituição de 1824. E a segunda foi insatisfação causada pela influência portuguesa na vida política do Brasil, mesmo após a independência. Em 6 de março estourou a revolução no Recife, diante dessas circunstâncias no dia 13 do mesmo mês os correligionários da Paraíba mobilizaram um exército de dois mil homens e tomaram o governo e proclamam o novo regime. Animada com o sucesso da empreitada, a Paraíba se mostra a altura dos acontecimentos excitada de civismo com a implantação da república comemoram da capital ao sertão.

Com o fracasso da revolução segue a punição aos revoltosos, e a Paraíba traumatiza-se de dor ao ver seus valerosos filhos cáirem ao patíbulo, centenas de outros participantes da revolta foram levados as masmorras como facínoras perigosos depois de terem seus bens usurpados pela coroa. Os poucos revolucionários que escaparam da força fugiram para o exterior.

Depois de 1817 vem a revolta de 1824, e nesse meio tempo ocorreu na Paraíba um avultoso movimento contra a constituição portuguesa jurada por D. João VI, os insatisfeitos consideravam o novo conjunto de leis uma obra de libertinos, organizaram um partido anticonstitucionalista e saíram a estimular todo o interior paraibano. Mais uma vez o levante foi abafado e seus idealizadores presos nas masmorras da cidade de Recife.

As classes mais esclarecidas ainda não tinha se esquecido das atrocidades e do sangue derramado em nome Del Rei em 1817. No fim de 1823, Pedro I dissolve a assembleia constituinte causando a maior repercussão nas cidades do Nordeste, que tinha há tempos a semente da democracia e republicanismo plantada por abnegados patriotas movidos e inspirados pelas ideologias da revolução Francesa. Como o

fermento da revolução já estava lançados na população paraibana desde 1817, rapidamente a propaganda revolucionaria se alastrou por toda a Paraíba em 1824.

Quando enfim o Brasil deixou de ser Colônia de Portugal por decreto de Pedro I, os portugueses que se mostravam inconformados com a decisão do monarca em libertar o paísdo julgo português eram presos e de preferência arremetidos a sua terra natal. É importante enfatizar que Almeida em seus escritos não ocultou o papel da mulher na revolução de 1824, no campo de batalha a mulher esteve presente acompanhando seus maridos e ajudando no trato com os feridos na batalha.

Em 1848 acontece a rebelião praieira ocorrida no começo do Segundo Reinado, com a ascensão dos liberais que apoiaram a chegada de Dom Pedro II repleta de denúncia de fraudese agressões físicas que garantiriam a vitória da ala liberal. Em resposta a esses acontecimentos surgiram os levantes liberais, e a Paraíba mais uma vez esteve presente, afirmando assim esse viés republicano descrito na sua história e observado por DIAS.

Em muitos momentos Horácio de Almeida exalta a bravura, e inteligência dos índios da Paraíba. Como o homem obstinado e forte que nasceu dessa mistura de Português com o gentio paraibano resultando nos coronéis, no vaqueiro valente do sertão, no povo forte e valente que buscou ao longo da história formas de se manter livre do julgo de homens exploradores como no período em que o Brasil era colônia de Portugal, no sentimento de liberdade que uniu o povo paraibano na expulsão dos holandeses em 1654, na retomada do controle da capitania submetida ao julgo e exploração do governo pernambucano. Na declaração de independência por Pedro I em 1822, mesmo antes o povo sonhava e planejavase tornar independentes da metrópole portuguesa, mesmo com a prisão e morte de muitos

idealizadores esse sonho não morreu e tornou-se concreto em 1822 quando, enfim, nos livramos do jugo de Portugal, nos tornando apesar das circunstâncias um estado forte.



## MUITO ALÉM DOS CANAVIAIS DO LITORAL

A Paraibanidade como invenção até então pautada apenas no espaço litorâneo também foi replicada no interior segundo os escritos historiográficos de ALMEIDA o que se percebe é um modelo criado pelo IHGP e seguido pelos seus membros. No discurso de muitos estudiosos ligados a construção identitária, se percebe que a identidade para muitos é algo dinâmico, que é construído e reconstruído dentro dos contextos sociais, e não como algo fechado e estático. A paraibanidade como já citado anteriormente é uma construção, que busca formatar mais que um sentimento. Na verdade esse termo “Paraibanidade” tem como finalidade a busca de um resgate cultural da história da Paraíba para fortalecer o orgulho de ser paraibano, e nisso o IHGP fez bem o seu trabalho.

A partir da descrição encontrada na obra de Horácio de Almeida e observada em sua narrativa histórica sobre a colonização do sertão, se percebe claramente uma repetição dos mesmos mecanismos utilizados na escrita sobre a história da colonização e formação da Paraíba a partir do litoral.

Na escrita da colonização do sertão paraibano, se observa claramente a circunscrição dos personagens de nossa história como heróis, os desbravadores de origem branca de descendência europeia que levaram as terras distantes a civilização, o povoamento e a fé apesar dos percalços existentes nesse processo.

No tempo em que ocorreu a colonização da Paraíba a palavra interior não era usada à nomenclatura oficial na época utilizada era Sertão. Então, segundo o autor, a palavra sertão designava toda terra que ficava situada no que hoje chamamos interior, às vezes a própria costa recebia essa denominação de sertão, pelo simples fato de ser desabitada

No contexto da colonização portuguesa as terras que compunha o vasto território brasileiro significavam um imenso vazio a ser preenchido com seus interesses, concepções e valores. O sertão era um espaço que exercia atração por suas riquezas desconhecidas e medo por seus seres reais e imaginários como plantas fantásticas ou índios considerados bárbaros e selvagens. Neste capítulo tentaremos demonstrar como Horácio de Almeida arquitetou a narrativa dos sertões da Paraíba, compreendendo sua pluralidade.

#### **4.1 Sertões longínquos – sertões de seca**

Entrar pelos sertões adentro exigia por parte dos forasteiros que chegavam preparação para se adaptarem aos desafios que esse espaço geográfico lhes oferecia, muitos vinham motivados pela abundância de terras que atraía não apenas pela cultura criatória, mas também o plantio de alimentos para a subsistência.

No período em que ocorreu efetivamente a colonização da Paraíba a palavra interior não era usada. A nomenclatura oficial na época utilizada era Sertão. Certas palavras expressam significados de grande importância para determinados ramos do saber. Não raro, usamos tais palavras sem nos darmos conta das possíveis origens ou da exata conotação que lhes atribuímos. Então segundo ALMEIDA II “a palavra sertão designava toda terra que ficava situada no que hoje

chamamos interior, às vezes a própria costa recebia essa denominação de sertão, pelo simples fato de ser desabitada em determinadas áreas”.

O sertão no Brasil corresponde à vastíssima zona interiorana, que começou a ser penetrada ainda no Século XVI, logo depois da chegada dos colonizadores, quando as fazendas de gado foram separadas das fazendas agrícolas, particularmente nos Sertões paraibano. Enquanto a produção agrícola, principalmente a cana-de-açúcar, ficava basicamente restrita à faixa litorânea, a criação de gado se estendia para as remotas paragens do interior do continente. A restrição a sua marcha era somente os cursos d’água mais caudalosos ou as serranias mais formidáveis.

A natureza selvagem do sertão devido a presença dos índios que habitavam essas terras, motivava a formação de alianças interpessoais não só com os nativos mas também entre os administradores da Capitania, os colonos ávidos por ampliar seus status através de acumulação de riquezas em forma de terras, impulsionava a ação colonizadora a restrição ocorria nos lugares de baixa pluviosidade e de pouca água, essa realidade interferiam na localização e fixação das propriedades, mas principalmente, impulsionava o atrito e violência das mais diversas formas entre indígenas, colonos e autoridades que procuravam demarcar seus territórios nas terras do sertão.

O processo de colonização do interior do Brasil se iniciou com a definitiva necessidade de expansão da colônia como já citado a grande motivação para essa expansão foi a criação de gado, a alternativa encontrada seria desbravar e povoar as terras que compunham os sertões, em fins do século XVII devido a falta de espaço no litoral para a criação de gado e para a agricultura de subsistência, provocado pela plantation açucareira não permitia tais empreendimentos nas áreas que compunham a faixa litorânea tendo em vista que a cana-de-açúcar na Capitania Real da Parahyba era a principal fonte de riqueza que a

agricultura fornecia.

A população que ocupava o litoral ia, pouco a pouco, penetrando o interior” ... quando ocorreu a invasão holandesa, que retardou de muito a obra de povoamento e civilização do Nordeste... “Os flamengos não deram um só passo além das posses arrebatadas aos colonos, ao contrário dos portugueses e nacionais, que se aventuraram, corajosos, em demanda do interior, por terras ignotas, cheias de mistério e perigos. (ALMEIDA, 1980, p.5-6).

Concomitante a este processo, ou mesmo desencadeado por ele, intensificaram-se as guerras de extermínio e/ou a escravização das populações indígenas, muitas vezes essa assimilação ao branco se deu de forma pacífica com o intuito de catequização e de fortalecimento de algumas tribos contra seus inimigos, que de certa forma destaca o processo de resistência de grupos indígenas.

Ao descrever esse povo habitantes do Sertão, Horácio de Almeida relata que durante muito tempo o homem do sertão viveu isolado de outras culturas devido à dificuldade de comunicação ocasionada pela distância com a capital, guardando assim resquícios da civilização medieval portuguesa manifestando amor às tradições da religião Católica, pois todos praticavam a mesma religião e acreditavam no céu, no inferno e no purgatório para o homem sertanejo quando a fé não era muito grande beirando o fanatismo, a fé poderia ser árida como a terra do sertão, tinha muito apego à sua terra só abandonando-a na mais calamitosa seca, portadores de um espírito patriarcalista, no culto à coragem pessoal sertanejo que se preza não é covarde e quando sua honra é ultrajada a defesa é por meio da violência, e como se diz até hoje “honra se lava com sangue”.

Sertanejo que se preza entende e gosta de política do homem mais simples ao mais letrado, exemplos disso são os levantes e revoltas contra a ordem estabelecida, muitas ocorridas na Paraíba como mostra a historiografia. Em se tratando da moradia do sertanejo esta era simples

muito pouco diferenciava a casa do dono da fazenda a de seu empregado, eram casas levantadas no meio do terreno não tinham janelas nos quartos de dormir, eram construídas dessa forma para que as filhas moças não tivesse contato com o mundo exterior, a luz que entrava nesses cômodos era a da luz da candeia de sebo ou a da lamparina.

O morador do sertão não tinha ostentação o importante para ele era ter comida e um bom cavalo de sela. Na alimentação o sertanejo vivia de barriga cheia a carne seja ela qual fosse se consumia cozida com pirão ou assada com farinha. Esse era o prato principal do animal se aproveitava tudo, feijão com toucinho era o prato trivial, do milho se fazia inúmeros pratos, a farinha de mandioca entrava em tudo no feijão, na qualhada, no pirão no mel de engenho. Verdura pouco se fazia uso, os mais abastados comiam doce com queijo os mais pobres a rapadura, a manteiga do sertanejo era feita de nata de leite muito diferente da rançosa consumida no brejo e no litoral. Toda família tinha nem que fosse uma cabra leiteira para alimentar as crianças, o gado era a principal riqueza do sertão e se criava solto nos campos sem fronteira.

Interessante notar que o homem do sertão possui hábitos tão diferentes no trato alimentar do brejeiro e do litorâneo, segundo Almeida: “Sertanejo não comia caranguejo porque dizia que era comida de amarelo do litoral... caranguejo para sertanejo é aranha”.

O clima quente e seco do sertão era um diferencial pois favorecia a longevidade e associado ao ambiente se fazia longas caminhadas a pé, esses atributos associados a outros criava o homem forte. Era comum encontrar homens com mais de 80 anos campeando o sertão, muitos ainda nessa idade se casavam e construíam famílias. A honestidade e a hospitalidade sempre fizeram parte da vida do sertanejo, tradição que, segundo Almeida até hoje é reconhecida no Brasil

A agricultura se estendeu na Paraíba do litoral ao Sertão mas o foco desse espaço geográfico era o plantio de subsistência tais como milho, feijão fava, jerimum, melancia, macaxeira etc. a serra de Teixeira era um oásis em pleno Cariri, e supria de mantimentos grande parte do sertão paraibano inclusive o Seridó do Rio Grande do Norte.

De acordo com os pontos observados na construção da paraibanidade Almeida nas obras analisadas vai mais além, descrevendo o homem do sertão de forma mais ampla nos seus hábitos e costumes, mas sempre demonstrando os moldes do IHGP.

#### **4.2 Sertão do Brejo – Sertão do coração**

Há cidades que não tem história, cidades humildes, onde nada acontece digno de menção, nascendo e vivendo como indivíduos que apenas aspiram um lugar ao sol, outras foram fundadas de modo enfadonho viveram seu auge e depois agonizaram, a esse grupo segundo Horácio de Almeida (1980): “a esse grupo pertence Areia, das cidades que se exauriram num passado de lutas e glórias, sem mais força no presente para deixar tradição ao futuro.”

A população que ocupava o litoral paraibano ia, pouco a pouco penetrando o interior e pouco se tinha conhecimento das terras do sertão até a invasão holandesa, acontecimento que

atrasou e muito o povoamento de tão vasta extensão de terra. Entre 1630 e 1655 assinala-se na historiografia como uma estagnação na expansão colonizadora do sertão da Paraíba, nem franceses, batavos ou espanhóis segundo Almeida se aventuraram pelas terras do sertão afim de coloniza-las, apenas os valentes portugueses se arriscaram corajosos por essas terras cheias de mistério e perigo.

As terras do sertão de Bruxaxá eram habitadas pelos índios bruxaxás, da grande nação Cariri. Os poucos que por lá existiam, seja pela índole pacífica, seja pelo temor dos tapuias, seus tradicionais inimigos, pouco trabalho deram em ser assimilados ao convívio dos brancos. (ALMEIDA, 1980, p. 13).

Diante dessa realidade encontrada pelos colonizadores da época, surge assim um novo espaço denominado por Sertão de Burxaxá, um ambiente muito diferente do encontrado pelos Oliveira Ledo em sua sesmaria.

Expedicionários capitaneados por um certo Manoel Rodrigues, que empreendera em 1625 a escalada à Borborema, na subida, tiveram a atenção despertada por um estranho ruído, que ecoava em meio a mata virgem. Era o Mandaú que se lançava do alto da serra.... Os desbravadores, impressionados com a exuberância do clima, fertilidade do solo, cortado de regatos por todos os lados. (ALMEIDA, 1980, p. 6).

A partir da descoberta dessa nova região os desbravadores passaram a denomina-la de Zona do brejo. Evidenciada por Horácio de Almeida (1980): “A palavra brejo deriva dos alagadiços e águas correntes, em grande abundância, na encosta oriental da Borborema [...]”. No entanto, por receber a umidade trazida pelos ventos oriundos do Oceano Atlântico e possuir um solo rico em nutrientes conhecido por “barro vermelho”, a região do Brejo da Parahyba do Norte possibilitou historicamente, condições favoráveis às práticas agrícolas ratificando o que ficou conhecido pela história local como “centro abastecedor das regiões circunvizinhas” o que iremos discutir mais adiante.

Diante desse panorama territorial de tanta fecundidade os exploradores partem para Pernambuco em busca de famílias interessadas em explorar e colonizar essa promissora zona.

O sítio, onde mais tarde surgiu a cidade de Areia, tinha apenas um curral à margem da estrada para o recolhimento do gado que vinha

do sertão, com destino aos mercados do litoral. Ao redor desse curral começou a nascer o povoado, as primeiras habitações, segundo Horácio de Almeida (1980) seriam “mocambos de sapé ou de palha de pindoba”.

Segundo relatos históricos, só muito tempo depois à medida que a riqueza começou a entrar em circulação, foi que aquelas toscas construções cederam lugar a casas reais de taipa ou mesmo de alvenaria. Muito tempo depois de iniciada a colonização em 1886 de forma a organizar as construções a Câmara Municipal estabeleceu normas para a construção da cidade

e de povoações ao redor do município, não permitindo as toscas construções do princípio do povoamento.

Segundo a historiografia o primeiro bandeirante a se fixar no sertão da Paraíba foi Antônio de Oliveira, fundador de Boqueirão de Cabaceiras que em 1670 já estava erradicado naquela região com sua fazenda de gado. Especula-se que foi Teodósio de Oliveira Ledo que desbravou o sertão da paraibano, mas os relatos históricos assinalam que Teodósio entrou na Paraíba a altura de Cabaceiras, desceu a serra da Borborema e estabeleceu-se com seu gado e sua gente no sertão do Piancó onde construiu o Arraial do Piranhas, onde hoje é a cidade de Pombal. Não existe nenhum relato que foi Teodósio que colonizou o sertão de Bruxaxá.

Segundo Horácio Almeida e descrito em sua obra, é impossível saber quais foram os primeiros colonizadores do território de Bruxaxá, hoje conhecido por Areia. Segundo o autor tudo indica que não houve a figura de um chefe de clã e sim diversos moradores, que se situaram ao mesmo tempo no brejo procedente de vários povoados ao redor e de Pernambuco. As suposições levantadas por Irineu Jófily e José Américo de Almeida, que o brejo teria sido povoado por agregados dos fazendeiros do sertão se torna improcedente, tendo em vista que o dito

sertanejo só vinha ao brejo durante as calamidades que a seca prolongada provocava naquelas regiões, lembrando que o “brejo” foi em momentos de grande seca o celeiro da Paraíba.

Observemos que durante as primeiras décadas do século XIX, a região que compreende o Brejo paraibano esteve circunscrita ao espaço da Vila Real do Brejo de Areia, que era subordinada jurídica, eclesiástica e politicamente à Vila de Monte-Mor da Preguiça, tornando-se vila efetivamente em 30 de Agosto de 1818, e cidade em 1846. Para se ter uma ideia de sua extensão, vejamos o que diz Almeida (1980) acerca de Areia: “Faziam parte do seu território as povoações de Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Pilões, Cuité e Pedra Lavrada” (p.12).

É preciso ressaltar que esse novo e diferente ambiente também chamado de sertão, foi responsável por uma permanente produção agrícola, considerado por muito tempo um espaço de relevância econômica e social, recebeu, em sua origem, a denominação de “Sertão de Bruxaxá” Segundo Horácio de Almeida (1980), “Bruxaxá palavra indígena, de formação onomatopeica que significa terra onde canta a cigarra” (p.7).

Por causa do clima e relevo pertinentes a uma agricultura diversificada e produtiva as atividades agrícolas no princípio da colonização ditaram as relações de produção do Brejo paraibano. Através do plantio de gêneros utilizados na subsistência, a exemplo da farinha e da rapadura, a região se constituiu como centro abastecedor, pois essa região fornecia de

gêneros alimentícios os “sertões” e as praças vizinhas a Parahyba do Norte, sobretudo, a praça pernambucana.

O sertão de Bruxaxá era tão importante na economia da Província que na última década do século XVIII e início do XIX, a

Parahyba do Norte esteve presente na pauta de exportação para Lisboa independentemente de Pernambuco, que recebia parte significativa da produção oriunda do Brejo parahybano. Acerca desta questão, vejamos o que Horácio de Almeida (1980) afirma em relação ao Brejo de Areia:

“A cidade crescia em população e prosperava em riqueza. Por muito tempo foi o maior centro comercial do interior, fechando à capital as portas do sertão. E como suas relações de negócio eram mantidas de preferência com as praças de Pernambuco, resolveu o governo abrir uma estrada da capital até Areia, com o objetivo de conquistar aquele mercado” (1980, p.56).

No ano que Areia se erigiu à dignidade de cidade em 18 de maio de 1846 a Paraíba se consumia sob o flagelo da seca prolongada, que devastava as últimas reservas de energia do sertanejo, onde muitos abandonaram as zonas castigadas e saíram em busca de salvação, ficando muita gente radicada no Brejo, que abundava em fartura, como um oásis de redenção para o aglomerado humano que nessa região se condensava fugindo da sede fome e morte devido à escassez hídrica.

Em 1849 já então município de Areia produzia em larga escala artigos como algodão, rapadura, aguardente, açúcar, farinha de mandioca, fumo, cereais, queijo, carne seca e até mesmo um pouco de café que abastecia do sertão Seridó aos Cariris Velhos.

Mercadorias como queijo e carne, constituíam-se, portanto, como fundamentais para a manutenção da subsistência e das práticas comerciais. Contudo, durante o século XIX, a Parahyba do Norte e as províncias vizinhas passaram por longos períodos de estiagem, fazendo com que a população diminuísse diante da fome, dez anos depois da grande seca de 1845-1846 surge a epidemia do cólera. Para termos uma ideia dessa diminuição, vejamos como Almeida descreveu as consequências da epidemia de Cholera Morbus e as baixas que suscitou ao contingente populacional da Parahyba no ano de 1856.

“à peste asiática manifestou-se em fevereiro de 1856 na zona do cariri, no município de São João... em fins desse mês alastrou-se com maior violência pelo litoral e pelo brejo. O brejo, sobretudo transformou-se em campo aberto à invasão destruidora, que foi deixando, em sua passagem, vilas e povoações quase reduzidas a necrópoles abandonadas... na capital o obituário anda na casa dos 50 a 60 por dia, mas em arca a situação é mais grave, quase o dobro daquele número para uma população bem menor” (Almeida, 1980, p. 125-126, 127-128)

Nesse sentido, é interessante constatar que a Parahyba do Norte, representada pelo Brejo mesmo nos períodos de seca, enquanto a sua população migrava e passava por necessidades, privações e sofria com os efeitos da devastadora peste, continuou a receber os retirantes vindo do sertão de Piranhas e redondezas e ainda remeter produtos de subsistência para Pernambuco e até mesmo para Lisboa. No que se refere à economia, percebemos o Brejo como sendo um celeiro para a Parahyba do Norte, considerando a diversidade e a quantidade de mercadorias que escoavam, principalmente as de subsistência, como é o caso da farinha.

Em períodos de seca, vivia-se com muitas dificuldades na capital da Parahyba do Norte, pois esta possuía um comércio prejudicado pela ausência de mercadorias como a farinha. Nas grandes estiagens, os alimentos tornavam-se escassos, fazendo com que os habitantes do interior migrassem em direção ao litoral, particularmente à Capital e ao Brejo, aumentando o contingente populacional, ao passo que cresciam as dificuldades, até mesmo, das famílias mais abastadas, que não podiam adquirir os gêneros que costumavam suprir suas necessidades.

Mesmo que pequeno, o processo de distribuição da praça parahybana, bem como suas relações com o exterior através da praça Pernambucana, quando não realizado diretamente para a Europa, nos permitem detectar a sua importância para Pernambuco, considerando a qualidade de seus produtos, tais como o algodão, o açúcar, a madeira, o

couro e a farinha, que se tornaram fundamentais para a prosperidade da praça pernambucana mesmo antes da anexação da Parahyba a Pernambuco, a respeito da anexação o autor afirma.

“Durante os anos em que a Capitania da Paraíba esteve anexada à de Pernambuco, de 1755 a 1799, Areia viveu uma infância que não tem história. Nesse período de abandono, não era somente a nascente povoação que definhava, mas toda a Capitania, que já fora anexada em razão da debilidade de suas rendas. Os produtos da lavoura, principal fonte de arrecadação, escoavam-se em grande parte pelo porto do Recife, e essa sangria durou muito tempo, prolongou-se por anos a fio, mesmo depois de restabelecida a autonomia da Paraíba” (ALMEIDA, 1980, p.165).

A Parahyba tornou-se uma caudatária de cuja produção de gêneros Pernambuco não podia prescindir, a potencialidade do Brejo parahybano em relação à produção de gêneros para abastecer a demanda, não só do mercado externo, mas, principalmente, do mercado interno, foi notória.

Mesmo com o decreto do governo português promovendo a extinção da “Companhia de Comércio de Pernambuco e Parahyba” no início da década de 1780, somado à carta régia de 17 de janeiro de 1799 que “separou” a Parahyba do Norte da subordinação ao governo de Pernambuco, suas finanças permaneciam atreladas à Capitania vizinha.

Nesse período de crescimento econômico em Areia preponderava a feira no desenvolvimento do comércio, estando na agricultura a base de todo o florescimento, havia muito o que vender em produtos oriundos da lavoura, e como via de regra quase tudo escoava para o sertão. Era na feira que se davam as trocas dos produtos da região agrícola com os da pastoril, a influência não só animava o comércio como também vitalizava a economia do município. Como sempre as safras cresciam de volume, os negociantes ganhavam mais, e todo mundo usufruía das vantagens de um comércio lucrativo inclusive quem vivia do artesanato.

Centro de maior importância comercial não havia para o sertanejo se abastecer das utilidades necessárias a sua subsistência, o Brejo estava em condições de suprir o sertão e adquirir artigos produzidos e trazidos pelos sertanejos. A feira de areia gozou a reputação de ser a maior da Parahyba até o fim do século XIX.

Com todo esse crescimento econômico pouco faltava à cidade para que ostentasse a fisionomia de uma minúscula capital. Existiam na cidade sobrados de azulejo, ruas calçadas, teatro que foi o primeiro a ser criado na Parahyba, colégios, bandas de música, bibliotecas, jornais, sociedade dramática, clube de dança sem contar o tão já citado comércio, completando assim o quadro da urbe.

Quando Horácio de Almeida descreve esse espaço localizado no sertão de Bruxaxá mas que na verdade é um prolongamento da cidade de Parahyba, ele utiliza dos mesmos mecanismos IHGP na elaboração da história da fundação paraibana de acordo com o modelo observado por DIAS. Ao se analisar a obra Brejo de Areia podemos perceber a influência do Instituto na sua escrita, pois essa obra foi escrita no início da década de 50 pouco tempo depois de Almeida assumir sua posição no IHGP.

A sua permanência como centro agrícola parahybano como citado acima, estendeu-se até fins do século XIX. Depois do florescimento de um comércio forte e lucrativo o século XX torna esse panorama desastroso, o comércio e a agricultura que até então fez do brejo da Parahyba referência no Brasil e na metrópole portuguesa, entra em franca decadência econômica devido ao esquecimento dos poderes públicos e de uma política econômica exploratória e excludente, pois a tão esperada estrada de ferro nunca chegou a areia deixando-a isolada, segundo ALMEIDA, 1980 “é sabido que onde os transportes se tornam difíceis a decadência toma conta do lugar. O tempo para o progresso emigra, e o homem fracassa em suas tentativas”.

A observação acerca da história escrita sobre o sertão de Bruxaxá e como já citado, os mecanismos de construção que foram utilizados para a escrita da fundação da Capitania, é o mesmo empregado na formação da história da hoje cidade de Areia, nos mesmos moldes do IHGP, começando pela pacificidade do nativo habitante dessa região que rapidamente se assimilou ao colonizador. O segundo ponto observado é fundação da cidade como o marco para o desenvolvimento, onde o autor afirma que desde a fundação a seus tempos áureos pouco se diferenciava da capital em nível de desenvolvimento, cultura e economia, em nada devendo a capital. Horácio de Almeida quando se refere a decadência de sua cidade natal responsabiliza o declínio da cidade primeiramente a anexação da capitania paraibana a Pernambuco e depois a falta de reconhecimento dos governantes as potencialidades da região levando assim ao seu empobrecimento e esquecimento. Importante observar que as similitudes observadas na escrita historiográfica são tantas que até na alimentação e nos modos eles se parecem, muito pouco diferenciando o morador da capital para o de Bruxaxá.

Ao se analisar os mecanismos de escrita da história da fundação da capitania ereplicado no sertão de Bruxaxá Almeida descreve um novo espaço também chamado de sertão mas tão diferente de sua terra natal e da capital da Capitania, não só na sua geografia e clima mas principalmente no homem morador dessa região.

### **4.3 Cariz sertanejo e construção identitária**

Apesar da rusticidade do homem que habitava o interior devido às dificuldades encontradas nessas regiões, muitas características compartilhavam do homem citadino morador da capital. Ser rustico não quer dizer mal educado pelo contrário o morador do interior sempre

foi reconhecido pela sua educação, hospitalidade, simplicidade, resistência e honestidade, atributos muito apreciados até os dias atuais não se diferenciando do morador da capital.

“Para se comprar fiado, bastava à palavra dada ou um fio de barba, este valia mais que uma escritura passada em cartório. O homem timbrava em honrar os padrões de honestidade.... Durante muito tempo o homem do sertão viveu isolado de outras culturas pelas dificuldades de comunicação. Eis porque guardou na pureza dos seus costumes o substrato medieval da civilização portuguesa, manifestada por amor a tradição, no apego a terra, no espírito patriarcalista, no culto da coragem pessoal, na defesa, por processos de violência da honra ultrajada, no repente poético dos cantadores... dessa gente tradicionalista, que tão alto soube manter o matiz heroico dos desbravadores nos messias sertanejos, nos cantadores de viola, nos mandões todo poderosos donos de terra e nos cangaceiros de fama.” (ALMEIDA, 1980, p. 150-155).

Por se viver tão afastados da capital é de entendimento que aqueles que detinham condições financeiras enviavam seus filhos sempre do sexo masculino para o centro urbano mais próximo afim de que tivessem condições de estudar e conseguir um diploma acadêmico.

Assim, o berço dos ideais políticos partiram do litoral para o interior devido aos fatores da falta de escolaridade do povo, e a necessidade de se procurar os grandes centros para que se pudesse obter o título acadêmico, onde lá se obtinha a semente dos ideais de liberdade vindo da Europa, e fomentado nos meios acadêmicos nas capitais tanto da Paraíba quanto na de Pernambuco.

“Antigamente, no tempo da colônia era negado o ensino primário para todo o Brasil. Receava o governo da metrópole que os habitantes da terra, saídos da ignorância, encontrassem o caminho para a independência. E como na Paraíba não se fugia a regra tinha apenas duas escolas públicas em 1821, instaladas na capital. Nenhuma no interior. O ensino no interior quando acontecia ser ministrado, devia-se ao devotamento de particulares, dedicados a esse ramo de atividade... Até então a

mulher estava praticamente impedida de receber instrução, mesmo no lar” (ALMEIDA, 1980, p. 178-179).

Depois de experimentar os ideais de liberdade tão proclamados no meio dos estudiosos esses jovens voltavam as suas cidades natais com o intuito de proclamar e difundir esses ideais libertários, fomentando assim nas populações interioranas a necessidade de adesão às causas libertárias que as revoltas ocorridas durante a história defendiam.

Em muitos momentos Horácio de Almeida exalta a bravura, e inteligência dos habitantes da Paraíba, pessoas que povoaram essas terras do litoral aos sertões e sua inconformidade com a ordem estabelecida, começando pela resistência do gentio, se estendendo a sociedade formada a partir dessa descendência. Como o homem obstinado e forte que nasceu dessa mistura de Português com o gentio paraibano resultando nos coronéis, nos vaqueiros homens valentes do sertão.

“A honra se lavava com sangue. Cada um fazia justiça com as próprias mãos, conforme podia. Os chefões locais, sobas de aldeia, davam o dia santo e não sabiam perdoar uma ofensa. Homem covarde não se matava. Bastava uma surra. Se morresse da surra, a culpa seria da sua própria fraqueza”. (ALMEIDA, 1980, p. 152).

O povo do sertão forte e arrojado que buscou ao longo da história formas de se manter livre do julgo de homens exploradores como no período em que o Brasil era colônia de Portugal, no sentimento de liberdade que uniu o povo paraibano na expulsão dos holandeses em 1654, na retomada do controle da capitania submetida ao julgo e exploração do governo pernambucano. Na declaração de independência exigida por muito tempo e assinada tempos depois por Dom Pedro I. Muito antes desse acontecimento o povo paraibano já sonhavam e planejavam se tornar independente da metrópole portuguesa, mesmo com a prisão e morte de muitos idealizadores, esse sonho não morreu e tornando-se concreto em 1822 esse sonho que custou a morte de muitos homens, quando enfim nos livramos do julgo

de Portugal. Tornando-nos apesar das circunstâncias um estado forte, nesse trecho de sua obra o autor descreve um pouco sobre a bravura desses valorosos homens.

“A Paraíba ligada a Pernambuco por identidades de interesse e vínculos de família. Politicamente as duas unidades territoriais andaram sempre unidas. Vão irmandadas ao sacrifício na revolução de 1817, que visava à implantação do regime republicano. Em 1824, marcham solidárias, de armas na mão, na defesa do liberalismo político. O mesmo ocorre em 1848, 1874.... As revoluções de 1817 e 1824 levaram ao patíbulo valorosos brasileiros, ainda hoje chorados com sentida emoção patriótica. Foram vidas roubadas à pátria só porque queriam vê-la livre do julgo opressor, numa época em que aspirar as liberdades públicas era crime de opinião. Entre os condenados a morte contavam-se alguns paraibanos, implicados nas rebeldias de sua terra, cujos nomes ficaram na história como heróis ou como mártires” (ALMEIDA, 1980, p. 34,114).

Muitos paraibanos se destacaram no cenário histórico participando das revoluções e dapolítica, por isso somos considerados fortes, pois descendemos apesar de muito diluída dos índios que aqui habitavam, nos consideram valentes mesmo com a intempérie do tempo ocasionando prolongadas secas, temos apego por nossa terra, e que muitas vezes faz a terra seca e rica produzir com a agricultura e a criação de animais, para o homem sertanejo não há lugar melhor para se viver.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das descrições relatadas acima sobre a obra de Almeida e observado na sua narrativa histórica, se percebe claramente uma repetição dos mesmos mecanismos utilizados na composição sobre a história da colonização e formação da Paraíba de acordo com os parâmetros do IHGP.

Nas três obras de Horácio de Almeida História das paraíba I e II e Brejo de Areia utilizadas para essa análise monográfica podemos ressaltar a importância que o autor demonstrou ao citar os nascidos na Paraíba como articuladores políticos na expulsão dos holandeses de nosso território, na valentia dos nossos índios descrito como um dos pontos a serem observados nos escritos veiculados ao IHGP, nos naturais da terra que foram fundamentais na pacificação com os Portugueses resultando na colonização da Paraíba, e tantos outros anônimos homens e mulheres que tiveram sua parcela de contribuição na formação de nossa história, lutando na expulsão do inimigo que subjuga, massacra e expolia ou na independência de seu território, o que Almeida declara de forma romantizada e erudita a união desse povo quando é convidado a se manifestar na construção de seus ideais, provadisso é quando a população se junta para apoiar a independência em 1822, e para assegurar a ordem interna envia a Bahia uma força militar para expulsar os portugueses insatisfeitos com a decisão do Imperador Pedro I em proclamar a independência do Brasil do julgo de

Portugal, um ponto onde se observa essa veia republicana observada por DIAS.

Em sua obra sobre a História da Paraíba I e II e Brejo de Areia Horácio nos convida a viajar pela nossa história de forma muitas vezes poética e saudosista quando ele descreve a geografia do interior, na fertilidade dos campos paraibanos, no amor à terra que o sertanejo tem, da valentia de desbravar e viver em terras de clima tão inconstante muitas vezes até desértico, da ingenuidade e hospitalidade do interior onde em poucos lugares ainda se encontra, da palavra dada na afirmação de um negócio, pois palavra empenhada vale mais quedinheiro para o povo do interior paraibano, da riqueza que a terra produz no brejo com sua agricultura tão importante para a economia da Paraíba e segundo a história sendo o celeiro paraibano, do qual foi capaz de matar a fome se muita gente em períodos de grande necessidade inclusive fora do Brasil, pois muito se exportou para a Europa artigos como cereais, açúcar, couro e algodão,

Horácio de Almeida na descrição das terras paraibanas declarou as belezas e a densidade que eram as matas das quais existiam no solo paraibano, onde se encontrava o melhor pau-brasil da colônia. Essas são características as quais o escritor exalta no povo paraibano essa resistência nata herdada pelo indígena tão forte, lutador, valente e inteligente, que infelizmente foi tão subjugado pela mão do ganancioso homem branco.

Além desse espaço declarado litoral observamos outro sítio descrito pelo autor que é uma replicação desse espaço urbano litorâneo, que seria o sertão de Bruxaxá de qualquer forma, mesmo admitindo que a palavra “sertão” apresenta uma origem multivariada, o seu significado converge para um só sentido. O ‘locus’ cujo sentido é o interior das terras ou do continente, pode ou não vir implícito à ideia de aridez ou de área despovoada.

Os documentos gerados a partir dos diários ou registros das viagens do período das grandes navegações dos séculos XV e XVI, deixam claro que a palavra “sertão” era de uso corriqueiro pelos portugueses. Descarta-se, assim, a possibilidade de ser um ‘brasileirismo’. Como se pode observar, a palavra “sertão” é ainda na atualidade, usada em várias regiões brasileiras para designar áreas interioranas

O “SERTÃO”, ao que parece, tem a conotação de um só sentido (a interioridade), mas que se expressa na fisiologia da paisagem, numa diversificação, muitas vezes sem similaridade. Por outro lado, o que vem confirmar nossas observações anteriores, é comum no Brasil denominar o homem do interior de ‘sertanejo’, caracterizado como uma pessoa simplória e possuidora de uma cultura peculiar.

Ao se tratar da denominação atual de interior se pode constatar que entre o litoral e o sertão existiu outra região que na Parahyba desde um pouco depois da colonização chamada de Bruxaxá e que hoje conhecemos e chamamos de Brejo paraibano, e que no discurso historiográfico de Horácio de Almeida foi considerado por muitos estudiosos o “celeiro da parahybano”, região de solo abastado onde se proporcionou tanta riqueza a nossa capitania e a de Pernambuco, sustentando com gêneros alimentícios em períodos de grandes calamidades tantas pessoas, e o principal que pouco se diferenciava da capital paraibana.

A intenção de Horácio de Almeida ao escrever suas obras foi trazer a luz do conhecimento público o desenvolvimento que a Paraíba teve no decorrer de quatro séculos, essas leituras vem com o intuito de demonstrar as novas gerações saberes para entender melhor a construção das bases do que hoje é a nossa sociedade, e que nosso estado não só foi sofrimento, fome e seca.

Horácio de Almeida demonstra em sua escrita que a Paraíba nunca foi alheia aos acontecimentos ocorridos em nossa história e que a historiografia nacional fez questão de esquecer, devido às formas de se escrever os acontecimentos de nosso país nos moldes do sudeste para o resto do Brasil. Mas uma coisa devemos deixar claro e que devemos fazer questão de não esquecer, fabricada ou não temos nossa história e ela é rica em acontecimentos e exemplos a serem seguidos.

A Paraíba, tem sua historicidade, seu lugar social, é portadora de interesses, vinculações políticas, organizada por ideias estabelecidas sobre História, educação, política e o papel do historiador é descobrir e divulgar como essa construção aconteceu. Demonstrar isso pode não ser o papel de todo historiador, mas através das pesquisas realizadas através do PIBIC senti que deveria descrever um pouco dessa construção a partir dos escritos de ALMEIDA, e a percepção que tive ao ler suas obras é que ele segue o modelo de paraibano que o IHGP idealizou, na historiografia paraibana muito ainda precisa ser feito segundo o autor, devemos pesquisar a fundo, dar outra voz a história, novas interpretações a história local está a muito esquecida devido as necessidades impostas pelo ENEM, e é por isso que escrevi sobre os escritos desse tão importante homem de letras paraibano tentando ao máximo mostrar sua percepção historiográfica.

Através dos intelectuais do IHGP passamos a possuir adjetivos importantes para a nossa formação indentária, mesmo que o povo não tenha essa consciência de identidade e ainda mais dessa construção possuímos, pois não foi por acaso que escolheram por lema para colocar na bandeira de nossa capital, INTREPIDA AB ORIGINE traduzido do latim, que significa "Intrépida desde a origem". Desde a fundação os paraibanos sempre audaciosos, apesar de nossas fraquezas e do descaso de muitos representantes sobrevivemos ao longo da nossa história, lutamos e crescemos apesar das adversidades.



## FONTES DE PESQUISA

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba Tomo I**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

\_\_\_\_\_. **História da Paraíba Tomo II**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

\_\_\_\_\_. **Brejo de Areia: memórias de um município**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1980.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

AQUINO, Viviane de Fátima. **Em busca da “paraibanidade”:** Eudesia Vieira e a identidade paraibana em “terras dos tabajaras”. Campina Grande, 2014.

AQUINO, Viviane de Fátima. **Paraibano e sertanejo: Elucubrações identitárias na retórica de Celso Mariz na obra *Através do sertão***. Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande 2014.

BARBOSA, Pacífico Socorro de Fátima (org.). **Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antônio de Fonseca a Assis Chateaubriand**. João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acesso em: 18/12/2013. <http://ihgp.net/historico.htm>. Acesso em 25/07/2014.

BASTOS, Liliana Cabral. LOPES, Luis Paulo da Moita. **Estudos de Identidade: Entre práticas e saberes**. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

DA MATTA, Roberto. **O Que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: ROCCO. 1986.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine – O IHGP e a**

**produção da história local.** João Pessoa: Almeida gráfica e editora, 1996.

FALCON, Francisco J. C. **A identidade do historiador.** *Estudos Históricos*, n. 17: p. 7-30,1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa.** 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

KAUFMANN, Jean Claude. **A invenção de si – uma teoria da identidade.** Lisboa: Piaget,2004.

MACHADO, Ionita Policarpo. **Cultura historiográfica e identidade – Uma possibilidade de análise.** Passo Fundo; EDIUPF, 2001.

MONTEIRO, Luíra Freire. **Retórica da Alteridade: Portugal e portugueses na Historiografia Brasileira.** São Paulo: Hedra, 2016.

\_\_\_\_\_. **A Invenção de Si: Estratégias de Construção da Identidade Paraibana na Historiografia Local - PIBIC.** Campina Grande. UEPB. 2013/14.

\_\_\_\_\_. **“A Invenção de Si: Estratégias de Construção da Identidade Territorial na Historiografia Paraibana”**

- PIBIC. Campina Grande. UEPB. 2014/15.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Sertão, sociedade e meio ambiente no Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750**. Espacialidades. Revista Eletrônica dos Discentes de Mestrado da UFRN. 2014, v. 7, n. 1. Disponível em: [http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v7n1/Espacialidades\\_v7n1\\_04.pdf](http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v7n1/Espacialidades_v7n1_04.pdf). Acessado em: 21 de Maio de 2016.

NASCIMENTO, George Silva do. **Pátrio-biografia: Horácio de Almeida e a sua história da Paraíba**. Dissertação de História do Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, 2010.

OLIVEIRA, Manoel Gomes de. **A Matutice Sertaneja e a Paraibanidade do IHGP na obra “O Quebra-quilo”, de Geraldo Irineo Joffily**. Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2015.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2ªEd. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil – De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICOUER, Paul. **Teoria da interpretação – O discurso e o excesso de significação**. Lisboa:Edições 70, 2009.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia s. Silveira. **História, documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: autêntica, 2007.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Dicionário Literário da Paraíba**. João Pessoa: AUnião, 1994.

SILVA, Marinês Cavalcante da. **A Identidade Paraibana na obra” História da Província da Parahyba” de Maximiano Lopes Machado**. Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**.Ed. Contexto: São Paulo; 2006.



